

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários dos diretores incluídos neste item 2.1, exceto quando expressamente ressalvado, devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Petrobras e suas notas explicativas relativas ao encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2024, divulgado em 26 de fevereiro de 2025. A Companhia também divulgou relatórios de produção e vendas e de desempenho financeiro do 4º trimestre de 2024, nos dias 3 de fevereiro e 26 de fevereiro, respectivamente, que podem ser utilizados como fonte de informação complementar. Todos esses documentos foram arquivados na CVM e podem ser encontrados no site da Petrobras em <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O excelente resultado operacional e financeiro de 2024 demonstra a capacidade da Petrobras gerar valores que são revertidos para a sociedade e para os seus investidores, com destaque para a geração operacional de US\$ 38 bilhões e a dívida financeira de US\$ 23 bilhões, o menor nível desde 2008.

Em 2024, os recursos oriundos de sua geração operacional foram suficientes para a Companhia realizar investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras. Além disso, a geração operacional, combinada à estratégia de otimização do caixa da empresa, possibilitou pagamento de dividendos. Os recursos de terceiros (empréstimos e financiamentos) captados pela Companhia foram utilizados para o gerenciamento de passivos já existentes, visando a extensão das maturidades da dívida e melhora da sua estrutura de capital, com intuito de preservar a liquidez e a solvência.

Com relação à dívida, mesmo com um impacto relevante no passivo de arrendamentos em 2024, decorrente principalmente da entrada em operação dos FPSOs afretados Maria Quitéria, no Projeto Integrado Parque das Baleias (IPB), e Marechal Duque de Caxias, em Mero 3, além das captações de financiamentos ao longo do ano, a Companhia encerrou 2024 com um endividamento bruto de US\$ 60,3 bilhões. Esse valor ficou abaixo do limite estabelecido no Plano Estratégico 2024-28 ("PE 2024-28") e representou uma redução de 3,8% em relação ao endividamento bruto registrado no final de 2023.

A gestão da dívida, combinada a um forte EBITDA Ajustado, permitiu uma saudável relação dívida bruta/EBITDA ajustado, que ficou em 1,49x.

Considerando as disponibilidades ajustadas de US\$ 8,1 bilhões, a Companhia fechou o ano de 2024 com uma dívida líquida de US\$ 52,2 bilhões, resultando em uma relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado total de 1,29x.

Em milhões Exercício findo em 31 de dezembro de	2024	
Dívida bruta ⁽¹⁾	R\$ 373.467	US\$ 60.311
Disponibilidades ajustadas ⁽²⁾	R\$ 49.978	US\$ 8.071
Dívida Líquida	R\$ 323.489	US\$ 52.240

(1) Composta por dívida financeira (mercado de capitais, bancário, bancos de fomento, agências de crédito à exportação e outros) e arrendamentos.

(2) Somatório de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez - conversíveis em dinheiro em até três meses.

Com relação ao patrimônio líquido consolidado da Companhia, a redução para R\$ 367,51 bilhões, comparado a R\$ 382,34 bilhões em 2023, decorreu, principalmente, da aprovação de dividendos adicionais ao exercício de 2023, pela AGO de 2024, e pelas antecipações de dividendos de 2024, atualizadas monetariamente, com utilização de

reservas, além dos efeitos líquidos do ajuste acumulado de conversão em investidas e do hedge de fluxo de caixa de exportação, compensados pelo lucro do exercício.

Para mais informações sobre o resultado da Petrobras, ver itens 2.1h e 2.2.

b. estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Petrobras, medida pelo indicador dívida bruta em relação à capitalização total, representativa do padrão de financiamento de suas operações:

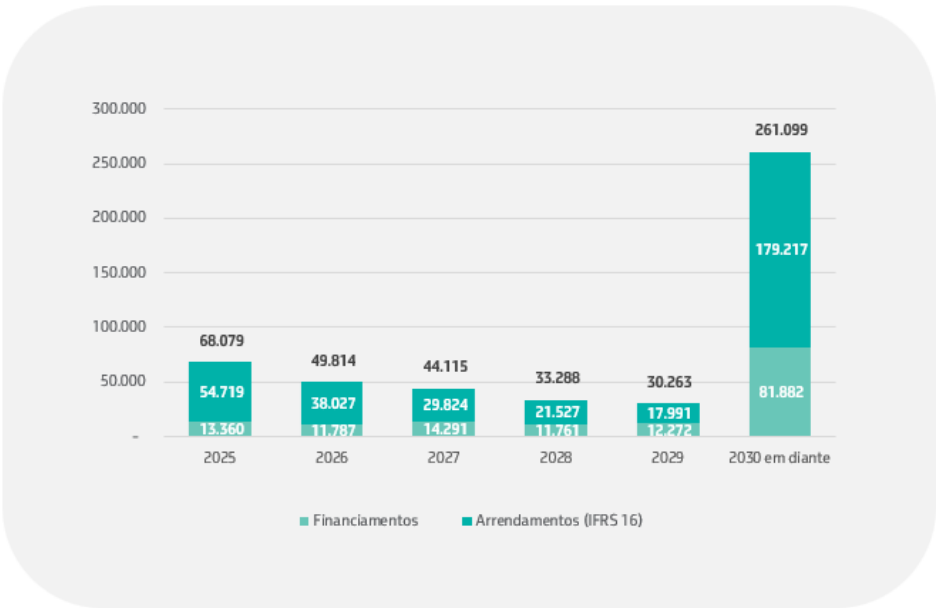
Em milhões de reais Exercício findo em 31 de dezembro de	2024
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	367.514
Empréstimos e financiamentos (incluindo arrendamento) circulantes e não circulantes - Dívida Bruta	373.467
Capital Próprio + Dívida Bruta ("Total")	740.981
Capital Próprio/Total	50%
Dívida Bruta/Total	50%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia acredita que: com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que possuem alta liquidez, de R\$ 50 bilhões em 2024; associados à manutenção de uma forte geração de caixa operacional, conforme previsto no PN 2025-29; e eventual acesso às fontes tradicionais de financiamento, possui capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento de sua saúde financeira.

Para mais informações sobre a geração de caixa prevista no PN 2025-29, ver o item “2.10.ii”.

Segue abaixo o perfil de amortização em 31/12/2024 (em R\$ milhões)*:



- Valores compostos por pagamentos futuros nominais de arrendamentos e principal da dívida de financiamentos.

Informações detalhadas sobre as obrigações da Companhia podem ser acessadas na nota explicativa 30 - Financiamentos das demonstrações financeiras de 2024.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2024, a principal fonte de financiamento da Petrobras foi a sua própria geração de caixa operacional. Para informações mais detalhadas, ver item h (análise do fluxo de caixa).

Adicionalmente, a Companhia captou recursos de terceiros no montante total de R\$ 12 bilhões e realizou operações de recompra e resgate de R\$ 14,6 bilhões de títulos no mercado de capitais internacional e pré-pagamento de R\$ 1,3 bilhões de empréstimo no mercado bancário internacional, visando otimizar sua estrutura de capital. Essas operações de dívida foram realizadas diretamente ou por meio de uma de suas subsidiárias integrais e estão totalizadas na tabela abaixo:

<i>Captações no mercado de capitais e mercado bancário</i>				
<i>Período</i>	<i>Em milhões de US\$</i>		<i>Em milhões de R\$</i>	
<i>2024</i>	<i>Internacional</i>	<i>Doméstico</i>	<i>Internacional</i>	<i>Doméstico</i>
<i>Mercado de capitais</i>	978	-	5.421	-
<i>Mercado bancário</i>	-	1.122	-	6.449
<i>Outros</i>	19	10	102	55

<i>Resgates antecipados</i>				
	<i>Em milhões de US\$</i>		<i>Em milhões de R\$</i>	
<i>Período</i>	<i>Internacional</i>	<i>Doméstico</i>	<i>Internacional</i>	<i>Doméstico</i>
<i>2024</i>	2.762	-	15.866	-

Dentre as operações mais relevante de captação de recursos e gerenciamento de dívida ocorrida no último exercício social, destaca-se:

- resgate antecipado aos investidores dos títulos 5,299% Global Notes com vencimento em 2025, totalizando o valor de US\$ 606,7 milhões de resgate;
- resgate antecipado aos investidores dos títulos 6,25% Global Notes com vencimento em 2026, totalizando o valor de £ 477,8 milhões de resgate;
- a conclusão da oferta de títulos no mercado de capitais internacional (Global Notes), em setembro, por meio de sua subsidiária integral Petrobras Global Finance (PGF), no valor de US\$ 1,0 bilhão com vencimentos em 2035;

- conclusão da oferta de recompra de títulos no mercado de capitais internacional (Global Notes), em setembro, por meio de sua subsidiária integral Petrobras Global Finance (PGF). O volume de principal validamente entregue pelos investidores, excluídos juros capitalizados e não pagos, foi US\$ 941,9 milhões;
- resgate antecipado aos investidores dos títulos 4,750% Global Notes com vencimento em 2025, totalizando o valor de € 273,5 milhões de resgate.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Petrobras projeta para o ano de 2025 uma geração operacional de caixa suficiente para suportar todos os investimentos de projetos previstos para o primeiro ano do seu Plano de Negócios (PN 2025-29), resultando, portanto, em um fluxo de caixa livre positivo, que será utilizado de forma a garantir adequada liquidez e a solvência da Companhia.

Ademais, no horizonte do PN 2025-29 está prevista a captação de financiamentos, líquidos de amortizações. Para mais informações, ver o item “2.10.ii”.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações sumarizadas sobre os financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir, em milhões de reais:

	Consolidado							
Vencimento em	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total ⁽¹⁾	Valor justo
Financiamentos em Dólares (US\$):	13.509	9.063	13.288	9.564	3.724	52.607	101.755	98.748
Indexados a taxas flutuantes ⁽²⁾	12.121	6.953	9.088	3.241	891	1.760	34.054	
Indexados a taxas fixas	1.388	2.110	4.200	6.323	2.833	50.847	67.701	
Taxa média a.a.	6,3%	6,5%	5,9%	5,5%	6,1%	6,6%	6,5%	
Financiamentos em Reais (R\$):	2.015	2.475	735	741	4.878	21.762	32.606	29.938
Indexados a taxas flutuantes ⁽³⁾	1.055	691	187	187	187	18.755	21.062	
Indexados a taxas fixas	960	1.784	548	554	4.691	3.007	11.544	
Taxa média a.a.	9,6%	10,6%	10,7%	10,6%	10,1%	8,0%	9,6%	
Financiamentos em Euro (€):	127	-	-	791	142	2.297	3.357	3.365
Indexados a taxas fixas	127	-	-	791	142	2.297	3.357	

Taxa média a.a.	4,5%	-	-	4,6%	4,7%	4,7%	4,6%	
Financiamentos em Libras (£):	236	-	-	-	2.275	3.197	5.708	5.498
Indexados a taxas fixas	236	-	-	-	2.275	3.197	5.708	
Taxa média a.a.	6,1%	-	-	-	6,1%	6,6%	6,3%	
Total em 31 de dezembro de 2024	15.887	11.538	14.023	11.096	11.019	79.863	143.426	137.549
Taxa média a.a.	7,0%	7,4%	7,1%	6,9%	7,3%	6,6%	6,8%	-

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio ponderado de vencimento dos financiamentos é de 12,52 anos (11,38 anos em 31 de dezembro de 2023).

(2) Operações com indexador variável + spread fixo.

(3) Operações com indexador variável + spread fixo, conforme aplicável.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento da dívida ficou em 12,5 anos (calculado considerando a quantidade de dias corridos entre a data de referência e a data de vencimento da dívida, multiplicado pela parcela da amortização do principal, dividido pela soma das amortizações do principal da dívida, com esse resultado apurado sendo dividido por 365 dias).

O saldo consolidado por tipo de financiamento encontra-se abaixo:

Valores em R\$ milhões	31/12/2024
Mercado bancário	17.512
Mercado de capitais	13.775
Bancos de fomento ⁽¹⁾	3.146
Outros	13
Total no país	34.446
Mercado bancário	22.853
Mercado de capitais	75.949
Agência de crédito à exportação	9.341
Outros	837
Total no exterior	108.980
Total de financiamentos	143.426

(1) BNDES e FINEP.

O saldo em mercado de capitais é composto principalmente por R\$ 72,6 bilhões em global notes, emitidas no exterior pela Petrobras Global Finance B.V. - PGF, localizada nos Países Baixos, R\$ 8,5 bilhões em debêntures e R\$ 4,8 bilhões em notas comerciais escriturais, emitidas no Brasil pela Petrobras.

Os *global notes* possuem vencimentos entre 2026 e 2115. As debêntures e as notas comerciais, com vencimentos entre 2026 e 2037.

O saldo do mercado bancário é composto por empréstimos e financiamentos bancários com vencimentos entre 2025 e 2040.

A Petrobras ainda possui linhas de crédito rotativas contratadas no Brasil, no valor de R\$ 6,3 bilhões, com vencimentos em 2026 e 2029, e no exterior, em conjunto com sua subsidiária integral Petrobras Global Trading - PGT, no valor de US\$ 7,1 bilhões, com vencimentos em 2026, as quais podem ser utilizadas em casos de contingência de liquidez.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui, na data de divulgação deste relatório, outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas corporativas quirográficas (dívidas sem direitos reais de garantias ou privilégios em relação às outras) da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em 31 de dezembro de 2024, a totalidade de empréstimos, financiamentos e títulos da dívida da Companhia era de R\$ 143,4 bilhões. Desse montante 88,1% (R\$ 126,3 bilhões) correspondia à obrigação de natureza quirográfia e 11,9% (R\$ 17,1 bilhões) correspondia a obrigações com garantias reais.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui *covenants* relacionados a indicadores financeiros nos contratos de financiamento.

A Companhia possui outras obrigações relacionadas aos contratos de financiamento, como:

- a apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício;
- cláusulas de *Negative pledge/Permitted liens*, em que a Petrobras e suas subsidiárias se comprometem a não criar gravames, que excedam 15% ou 20%, conforme o contrato, sobre seus ativos consolidados para garantia de dívidas além dos gravames permitidos;
- cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios, incluindo (mas não limitado) leis ambientais;
- cláusulas em contratos de financiamento que exigem que tanto o tomador, quanto o garantidor conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e antilavagem de dinheiro e que instituem e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento;
- cláusulas em contratos de financiamento que restringem relações com entidades ou mesmo países sancionados principalmente pelos E.U.A. (incluindo, mas não limitado ao *Office of Foreign Assets Control* - OFAC, Departamento de Estado e Departamento de Comércio), pela União Europeia e pelas Nações Unidas;
- cláusulas que restringem a alteração do controle acionário da Companhia, sem a prévia notificação ao credor e de alienação de ativos, desde que a referida alienação cause um efeito adverso material sobre a Companhia.

Em 2024, não houve a caracterização do descumprimento de *covenant* dos contratos financeiros da Companhia.

Se a Companhia descumprir alguma das obrigações mencionadas acima ou for incapaz de remediar ou continuar não atendendo as obrigações dentro do período de cura que varia entre 30 e 60 dias (dependendo do contrato) após ter recebido uma notificação por escrito do(s) credor(es) especificando tal inadimplemento ou violação e exigindo que fosse remediado e declarando que tal notificação é um "Aviso de Inadimplemento", isso

pode ser declarado um Evento de Inadimplência e, ocasionalmente, a dívida relacionada a esse contrato será considerada vencida e exigível.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem contratos com cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*) que representam 97% do saldo devedor da dívida financeira consolidada em 31/12/2024. O montante agregado de vencimento antecipado, que aciona essas cláusulas, varia entre US\$ 100 milhões e US\$ 250 milhões.

Os contratos mais relevantes que possuem tal cláusula são:

Identificação	Saldo Devedor em aberto (Milhões) 31/12/2024
Bond PETBRA 6 3/4 01/27/41	4.625
Bond PETBRA 7 1/4 03/17/44	5.422
Bond PETBRA 6 7/8 01/20/40	4.500
Bond PETBRA 5 5/8 05/20/43	2.086
Bond PETBRA 6.85 06/05/15	7.297
Bond PETBRA 5 3/8 10/01/29	2.305
Bond PETBRA 6 5/8 01/16/34	3.402
Bond PETBRA 8 3/4 05/23/26	2.129
Bond PETBRA 7 3/8 01/17/27	4.338
Bond PETBRA 6 5/8 01/16/2034	3.402
Bond PETBRA 5.999 01/27/28	6.493
Bond PETBRA 5 3/4 02/01/29	2.900
Bond PETBRA 5.093 01/15/30	2.189
bond PETBRA 5.6 01/03/31	5.363
bond PETBRA 6 3/4 06/03/50	1.201
Bond PETBRA 6,9 03/19/2049	2.938
Bond PETBRA 5 1/2 06/10/51	3.374
Bond PETBRA 6 ½ 07/03/2033	5.855
Bond PETBRA 6.00 01/13/2035	6.171
Schuldschein - Deutsche Bank 2038	1.255
6ª Emissão de Debêntures Simples	4.454
7ª Emissão de Debêntures Simples	4.031
1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais	3.129
2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais	1.685
Bradesco	2.099
Bradesco	1.029
CDB	3.300
CDB	1.414
CDB	10.308
The Export-Import Bank of China	2.542
Banco do Brasil	2.994

Banco do Brasil	3.473
Banco do Brasil	2.495
Credit Agricole	1.062
The Export-Import Bank of China	3.423
MUFG	7.829
Banco do Brasil	2.989
Citibank	1.861

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Cumpridas as condições precedentes dos contratos, em 31 de dezembro de 2024, estavam disponíveis para saque os valores abaixo:

<i>Empresa</i>	<i>Contratado</i>	<i>Utilizado</i>	<i>Saldo</i>	<i>Percentual já utilizado</i>
No exterior (em US\$ milhões)				
PGT BV	7.050	-	7.050	0%
No país (em R\$ milhões)				
Petrobras	6.000	-	6.000	0%
Transpetro	329	-	329	0%

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas a seguir são relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas em 26 de fevereiro de 2025.

Análise da Demonstração de Resultado Consolidado

DRE (em R\$ milhões)			Análise horizontal 2024 x 2023	
	2024	2023	R\$	%
Receita de vendas	490.829	511.994	(21.165)	(4,1)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(244.367)	(242.061)	(2.306)	1,0
Lucro bruto	246.462	269.933	(23.471)	(8,7)
Vendas	(26.134)	(25.163)	(971)	3,9
Gerais e Administrativas	(9.931)	(7.952)	(1.979)	24,9
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(4.997)	(4.892)	(105)	2,1
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(4.281)	(3.619)	(662)	18,3
Tributárias	(6.708)	(4.444)	(2.264)	50,9
Reversão (Perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(9.371)	(13.111)	3.740	(28,5)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(44.372)	(19.930)	(24.442)	122,6
Despesas (Receitas) Operacionais	(105.794)	(79.111)	(26.683)	33,7
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	140.668	190.822	(50.154)	(26,3)

Receitas financeiras	10.488	10.821	(333)	(3,1)
Despesas financeiras	(32.093)	(19.542)	(12.551)	64,2
Var. monetárias e cambiais líquidas	(60.866)	(3.140)	(57.726)	1.838,4
Resultado financeiro líquido	(82.471)	(11.861)	(70.610)	595,3
Resultado de participações em investidas	(3.467)	(1.480)	(1.987)	134,3
Lucro antes dos impostos	54.730	177.481	(122.751)	(69,2)
Imposto de renda e contribuição social	(17.721)	(52.315)	34.594	(66,1)
Lucro do exercício	37.009	125.166	(88.157)	(70,4)
Atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras	36.606	124.606	(88.000)	(70,6)
Acionistas não controladores	403	560	(157)	(28,0)
Lucro do exercício	37.009	125.166	(88.157)	(70,4)

O ambiente externo, ao longo de 2024, foi marcado pela redução de 2% no Brent e queda de 39% no *crackspread* do diesel. Mesmo com esses fatores, a Petrobras atingiu EBITDA Ajustado sem eventos exclusivos de R\$ 245,8 bilhões,

11% inferior em relação a 2023, refletindo deterioração do ambiente externo com a redução do preço do petróleo e das margens internacionais do segmento de refino, além de menores volume de produção de petróleo.

O lucro líquido realizado de 2024 alcançou R\$ 36,6 bilhões, uma redução de 70% em relação a 2023, devido principalmente a um item de natureza contábil que não afeta o caixa da Companhia: a variação cambial das dívidas entre a Petrobras e suas subsidiárias no exterior. Sem os eventos exclusivos, o lucro líquido seria de R\$ 103,0 bilhões.

Por conta da desvalorização do câmbio, o resultado financeiro de 2024 foi negativo em R\$ 82,5 bilhões. Além disso, houve reconhecimento, no 2T24, de despesas financeiras associadas à adesão à Transação Tributária, que foi positiva para a companhia ao encerrar disputas bilionárias que traziam grande incerteza para o seu caixa. A ação da companhia subiu mais de 3% após a divulgação da transação.

Para mais detalhes do resultado de 2024, incluindo comparação com 2023 e detalhes do resultado por segmento, ver as demonstrações financeiras de 2024, e o relatório de Desempenho Financeiro de 2024, ambos arquivados na CVM em 26 de fevereiro de 2025 e divulgados no site da Companhia em <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

Análise do Fluxo de Caixa

DFC (em R\$ milhões)	2024
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	204.037
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(72.363)
Recursos líquidos (utilizados) nas atividades de financiamentos	(179.974)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	6.941
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(41.359)

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.613
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	20.254

A diferença entre a geração e a aplicação dos recursos resultou em uma redução de R\$ 41,4 bilhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que encerrou o ano de 2024 com saldo de 20,2 bilhões.

Os recursos gerados pelas atividades operacionais alcançaram R\$ 204,0 bilhões e o fluxo de caixa livre positivo totalizou R\$ 124,1 bilhões. Esse nível de geração de caixa foi utilizado para: (a) remunerar os acionistas (R\$ 102,2 bilhões); (b) realizar investimentos (R\$ 79,9 bilhões); (c) amortizar passivos de arrendamento (R\$ 42,7 bilhões); e (d) amortizar o principal e juros devidos no período (R\$ 46,2 bilhões).

A Companhia captou R\$ 12 bilhões destacando-se: (i) a oferta de títulos no mercado de capitais internacional (*Global Notes*) no valor de R\$ 5,4 bilhões com vencimento em 2035; e (ii) captações no mercado bancário nacional no valor de R\$ 6,4 bilhões.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas advêm de:

- vendas no mercado interno, que consistem em vendas de derivados de petróleo (tais como: diesel, gasolina, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação (QAV), nafta e óleo combustível), gás natural, petróleo, renováveis e nitrogenados, energia elétrica, receitas de direitos não exercidos (breakage), serviços e outras receitas;
- vendas no mercado externo, com destaque: (i) para as exportações, principalmente vendas de petróleo, óleo combustível e outros derivados; e (ii) para as vendas no exterior, incluindo as operações de trading offshore; e
- outras receitas, incluindo o resultado com alienações de ativos e com participações em investidas.

Individualmente, o produto mais importante em termos de geração de receita em 2024 foi o diesel, representando cerca de 30% da receita de vendas total da Companhia.

RECEITAS DE VENDAS POR PRODUTO (R\$ milhões)	2024
Diesel	147.911
Gasolina	68.404
Querosene de aviação (QAV)	24.282
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	17.073
Nafta	10.080
Óleo combustível (incluindo bunker)	5.183
Outros derivados de petróleo	22.992
Subtotal de derivados	295.925
Gás natural	25.244
Petróleo	23.283
Energia elétrica	4.052
Receitas de direitos não exercidos (breakage)	2.338
Renováveis e nitrogenados	1.232
Serviços, agenciamentos e outros	4.337
Mercado interno	356.411
Exportações	129.652
Vendas no exterior	4.766
Mercado externo	134.418
Receitas de vendas	490.829

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- Aumento de reservas provadas, alcançando um índice de reposição de reservas (IRR) de 154% e relação reservas produção (R/P) de 13,2 anos

- Início de produção do FPSO Maria Quitéria e do FPSO Marechal Duque de Caxias e atingimento do topo de produção do navio-plataforma Sepetiba
- Estabelecimento de novos recordes anuais de produção total própria e operada no pré-sal, com 2,2 milhões de boed e 3,2 milhões de boed, respectivamente. O volume de produção no pré-sal representa 81% da produção total da companhia em 2024
- O fator de utilização total (FUT) em 2024 foi de 93%, a maior utilização do parque de refino dos últimos 10 anos considerando as refinarias atuais da Petrobras
- Alcance de recorde de 70% de participação do óleo do pré-sal na carga processada e registro de recordes de produção de gasolina (420 mil bpd) e diesel S-10 (452 mil bpd)
- Início da operação comercial da UPGN do Complexo de Energias Boaventura e a entrada em operação da SNOx da RNEST.

Para mais informações a respeito do desempenho operacional, ver Relatório de Produção e Vendas do 4T24, arquivado na CVM em 3 de fevereiro de 2025 e divulgado no site da Companhia <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas de vendas relativas a exportações e as receitas com vendas no mercado interno dos derivados parametrizados ao mercado internacional são influenciadas por variações da taxa de câmbio e variações das cotações internacionais do petróleo. Em 2024, as receitas da Companhia foram impactadas pela redução de 2% no Brent e queda de 39% no *cracksread* do diesel.

Vale observar que além da maior parte das receitas de exportação serem constituídas em dólares norte-americanos, as receitas com vendas internas estão também indiretamente ligadas ao dólar norte-americano, tendo em vista a estratégia comercial estabelecida pela Companhia em maio de 2023, que tem como premissa preços competitivos por polo de venda, em equilíbrio com os mercados nacional e internacional, levando em consideração a melhor alternativa acessível aos clientes. Essa estratégia permite a Petrobras competir de forma mais eficiente, levando em consideração a sua participação no mercado, para otimização dos seus ativos de refino, e a rentabilidade de maneira sustentável.

As tabelas abaixo demonstram a principais cotações e volumes de venda, e suas respectivas variações, que impactam a receita da Companhia.

PRINCIPAIS COTAÇÕES E PREÇOS MÉDIOS	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2024 x 2023 (%)
Cotações			
Brent médio (US\$/bbl)	80,76	82,62	-2,25
Dólar médio de venda (R\$)	5,39	4,99	8,02
Dólar final de venda (R\$)	6,19	4,84	27,89
Indicadores de preços médios			
Derivados básicos - mercado interno (R\$/bbl)	481,80	505,20	-4,63

VOLUME TOTAL DE VENDAS (mil barris/dia)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2024 x 2023
Diesel	725	746	-2,82
Gasolina	401	418	-4,07
Óleo combustível	28	33	-15,15
Nafta	70	68	2,94
GLP	214	206	3,88
QAV	110	104	5,77
Outros	171	169	1,18
Total de derivados	1.719	1.744	-1,43
Álcoois, nitrogenados renováveis e outros	7	4	75,00
Petróleo	147	181	-18,78
Gás natural	206	226	-8,85
Total mercado interno	2.079	2.155	-3,53
Exportação de petróleo, derivados e outros	798	806	-0,99
Vendas internacionais	37	45	-17,77
Total mercado externo	835	851	-1,88
Total geral	2.914	3.006	-3,06

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Resultado Operacional

Em 2024, O EBITDA Ajustado sem eventos exclusivos foi 11% inferior em relação a 2023, refletindo deterioração do ambiente externo com a redução do preço do petróleo e das margens internacionais do segmento de refino, além de menores volume de produção de petróleo.

Resultado Financeiro

Por conta da desvalorização do câmbio final, o resultado financeiro de 2024 foi negativo em R\$ 82,5 bilhões. Além disso, houve reconhecimento, no 2T24, de despesas financeiras associadas à adesão à Transação Tributária, que foi positiva para a Companhia ao encerrar disputas bilionárias que traziam grande incerteza para o seu caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de	2024	2023	2024 x 2023(%)
Receitas Financeiras	10.488	10.821	-3,1
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	8.072	8.258	-2,3
Outros	2.416	2.563	-5,7
Despesas Financeiras	(32.093)	(19.542)	64,2
Despesas com financiamentos	(11.560)	(11.309)	2,2
Despesas com arrendamentos	(12.235)	(8.886)	37,7
Ágio na recompra de títulos de dívida	(96)	(22)	336,4

Encargos financeiros capitalizados	8.478	6.431	31,8
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(5.362)	(4.282)	25,2
Adesão à Transação Tributária	(9.600)	- 0 -	-
Outros	(1.718)	(1.474)	16,6
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(60.866)	(3.140)	1838,4
Variações cambiais	(46.500)	11.212	-514,7
Reclassificação do <i>hedge accounting</i>	(16.246)	(18.846)	-13,8
Adesão à Transação Tributária	(1.451)	- 0 -	-
Atualização monetária de dividendos antecipados/dividendos a pagar ⁽¹⁾	(1.359)	(1.506)	-9,8
Acordo Petrobras e Eletrobras - empréstimos compulsórios	- 0 -	1.156	-
Atualização monetária de impostos a recuperar	505	1.016	-50,3
Outros	(4.185)	3.828	-209,3
Total	(82.471)	(11.861)	595,3

(1) Em 2024, refere-se à receita sobre a atualização monetária dos dividendos antecipados pagos, no valor de R\$ 621 (R\$ 1.063, em 2023), e à despesa sobre os dividendos a pagar, no valor de R\$ 1.980 (R\$ 2.569 em 2023).

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis e nos métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opinião modificada no parecer dos auditores independentes às demonstrações contábeis de 2024.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Sem alteração em relação a 2023.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2024, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária relevante.

Todavia, a Companhia transferiu participações minoritárias da Brentech Energia S.A., a qual possuía 30%, e da UEG Araucária (UEGA), a qual possuía 18,8%, que estavam previstas no PE 2024-28+ e não geraram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Petrobras.

c. eventos ou operações não usuais

RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho

A Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho ("RMNR") consiste em uma remuneração mínima garantida aos empregados, baseada no nível salarial, regime e condição de trabalho e localização geográfica. Essa política de remuneração foi criada e implantada pela Petrobras em 2007 por meio de negociação coletiva com representantes sindicais, e aprovada em assembleias dos empregados, sendo a fórmula de cálculo do complemento dessa remuneração mínima adotada pela Companhia posteriormente questionada judicialmente por empregados e Sindicatos.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) firmou entendimento em sentido parcialmente contrário à Companhia, decidindo pela exclusão de algumas parcelas do cálculo. O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da Companhia, reconheceu que a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes.

Como existiam várias ações judiciais em diversas fases processuais, a Companhia acompanha a aplicação do entendimento do STF aos respectivos processos, os quais vêm sendo encerrados conforme seus andamentos no Judiciário.

Eventos decorrentes da "Operação Lava Jato"

Em março de 2014, a Operação Lava Jato, investigação conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal com o objetivo de apurar irregularidades em operações envolvendo a Administração Pública Federal, passou a concentrar parte de suas investigações em contratos de fornecimento de bens e serviços para a Petrobras. As investigações apuraram indícios de pagamentos indevidos a partidos políticos, agentes políticos e outros, incluindo alguns ex-executivos e empregados da Petrobras.

A Companhia tem colaborado com os trabalhos do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Receita Federal e outras autoridades competentes desde o início das investigações.

A Petrobras é oficialmente reconhecida como vítima dos crimes apurados e continuará adotando as medidas legais cabíveis contra as pessoas físicas e jurídicas, incluindo ex-empregados e agentes políticos, que causaram danos financeiros e de imagem à Petrobras. Como vítima, a Companhia já recebeu ressarcimentos que já alcançaram R\$ 7,47 bilhões.

Nos últimos anos, algumas condenações proferidas em ações penais decorrentes das referidas investigações foram declaradas nulas pelos tribunais superiores, em razão de discussões sobre competência do órgão julgador, validade das provas utilizadas nos processos e outras alegações. Ainda há medidas judiciais em curso com o objetivo de anular condenações criminais relacionadas à investigação. Esses processos ainda estão em andamento e seus desfechos podem afetar os interesses da Companhia.

Seguem abaixo operações não usuais relevantes que impactaram a Companhia em 2023 ou que ainda podem impactá-la, em decorrência das referidas investigações:

a. Ação coletiva na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, a Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Rotterdam, contra a Petrobras e suas subsidiárias Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), Petrobras Global Finance B.V. (PGF) e sua antiga subsidiária Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), além de alguns ex-gestores da Companhia.

A Fundação alega que representa os interesses de um grupo não identificado de investidores e afirma que, com base nos fatos revelados pela Operação Lava-Jato, os réus agiram de maneira ilegal perante os investidores. Com base nessas alegações, a Fundação busca uma série de declarações judiciais por parte do tribunal holandês.

Em 26 de maio de 2021, após decisões intermediárias anteriores em que a Corte entendeu que possui jurisdição para julgar a maioria dos sete pedidos formulados pela Fundação, a Corte decidiu que a ação coletiva deve prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da Companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e tenham seus interesses representados pela Fundação. No entanto, estão excluídos do escopo da ação os investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

Em 2021 e 2022, as partes apresentaram suas alegações e defesas por escrito em relação ao mérito da ação. A Corte marcou audiências para alegações orais, que ocorreram nos dias 17 e 24 de janeiro de 2023.

Em 26 de julho de 2023, a Corte emitiu decisão intermediária de mérito, determinando a produção de prova, em relação à qual as partes poderiam se manifestar antes da publicação da sentença de mérito, que é recorrível. Além disso, o Tribunal adiantou os seguintes entendimentos, que deveriam constar da sentença de mérito, dentre os quais: i) rejeição dos pedidos formulados contra PIB BV, PO&G e determinados ex-gestores da Petrobras; ii) o Tribunal declarou que a Petrobras e a PGF atuaram ilegalmente em relação aos seus investidores, embora não se considerasse suficientemente informado sobre aspectos relevantes das leis brasileira, argentina e de Luxemburgo para decidir definitivamente sobre o mérito da ação; e iii) os alegados direitos sob a legislação espanhola estão prescritos.

Em 30 de outubro de 2024, a Corte proferiu sentença em que acolheu amplamente os argumentos da Petrobras com relação aos pedidos apresentados em favor dos acionistas da Companhia e considerou que:

1. De acordo com a legislação brasileira, todos os danos alegados pela Fundação se qualificam como indiretos e não são passíveis de ressarcimento.
2. De acordo com a legislação argentina, os acionistas não podem, em princípio, pleitear indenização da Companhia pelos danos alegados pela Fundação, e a Fundação não demonstrou que representa um número suficiente de investidores que poderiam, em tese, apresentar tal pedido.

Dessa forma, a Corte rejeitou as alegações da Fundação de acordo com as leis brasileira e argentina, o que resulta na rejeição de todos os pedidos formulados em favor de acionistas.

Com relação a determinados detentores de bonds, a Corte considerou que a Petrobras e a PGF agiram ilegalmente sob a legislação de Luxemburgo, enquanto a PGF agiu ilegalmente no que tange à legislação holandesa.

Além disso, a Corte confirmou os seguintes pontos da decisão divulgada ao mercado em 26 de julho de 2023:

1. Rejeição das alegações contra a Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), a Prime Oil & Gas BV (POG BV) e os ex-Presidentes da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster e José Sérgio Gabrielli de Azevedo.
2. Prescrição de pedidos formulados de acordo com a legislação espanhola.

A Fundação e a PGF recorreram da sentença e das decisões intermediárias anteriores e terão a oportunidade de fundamentar os próprios recursos e responder aos recursos umas das outras, antes do julgamento pela Corte de

Apelações de Haia. A Petrobras ainda poderá apresentar seu próprio recurso no prazo de resposta ao recurso da Fundação.

Mesmo em relação a detentores de bonds, a Fundação não pode pedir indenização no âmbito da ação coletiva, o que dependerá não apenas de um resultado favorável aos interesses dos investidores na própria ação coletiva, mas também do ajuizamento de ações posteriores por ou em nome dos investidores pela própria Fundação, oportunidade em que a Petrobras poderá oferecer todas as defesas já apresentadas na ação coletiva e outras que julgar cabíveis, inclusive em relação à ocorrência e a quantificação de eventuais danos, que deverão ser provados. A eventual indenização pelos danos alegados somente será determinada por decisões judiciais em ações posteriores mencionadas anteriormente.

A ação coletiva diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: o escopo da cláusula compromissória do Estatuto da Petrobras, a jurisdição das cortes holandesas, o escopo do acordo que encerrou a *Class Action* nos Estados Unidos, a legitimidade da Fundação para representar os interesses dos investidores, as várias leis aplicáveis ao caso, a informação obtida a partir da fase de produção de provas, as análises periciais, o cronograma a ser definido pela Corte e as decisões judiciais sobre questões-chave do processo, os possíveis recursos, inclusive perante a Suprema Corte, bem como o fato de a Fundação buscar apenas uma decisão declaratória nesta ação coletiva.

A Companhia, com suporte nas avaliações de seus assessores, considera que não há elementos indicativos suficientes para a qualificação do universo dos potenciais beneficiários de uma eventual decisão definitiva desfavorável aos interesses da Petrobras, tampouco para a quantificação dos danos supostamente indenizáveis.

Assim, não é possível prever no momento se a Companhia será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações em eventuais ações individuais futuras, porque essa análise dependerá do resultado desses procedimentos complexos. Além disso, não é possível saber quais investidores serão capazes de apresentar ações individuais subsequentes relacionadas a esse assunto contra a Petrobras caso a ação coletiva seja julgada favoravelmente aos interesses dos investidores.

Ademais, as alegações formuladas são amplas, abrangem um período plurianual e envolvem uma ampla variedade de atividades e, no cenário atual, os impactos de tais alegações são altamente incertos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam a duração da resolução final dessa ação. Como resultado, a Petrobras não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda resultante dessa ação. Não obstante, a Petrobras reitera sua condição de vítima do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato e pretende apresentar e provar esta condição perante o tribunal holandês.

A Petrobras e suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e continuarão se defendendo firmemente.

b. Arbitragens no Brasil

Foram instauradas contra a Petrobras sete arbitragens perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, vinculada à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Seis delas foram instauradas por múltiplos investidores nacionais e estrangeiros. A outra, instaurada por associação que não é acionista da Companhia, pretende ser coletiva, mediante representação de todos os acionistas minoritários da Petrobras que adquiriram ações na B3 entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015. Os investidores pretendem que a Companhia os indenize pelos supostos prejuízos financeiros causados pela diminuição do preço das ações da Petrobras listadas em bolsa, no Brasil, decorrentes dos atos revelados pela Operação Lava Jato.

Essas arbitragens envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, cronogramas ainda a serem definidos pelos Tribunais Arbitrais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes e análises de peritos.

Ademais, as pretensões formuladas são amplas e abrangem vários anos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas arbitragens. Como resultado, a Companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da perda potencial nas arbitragens.

A depender do desfecho de todos esses casos, a Companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderiam ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados consolidados ou no seu fluxo de caixa consolidado em um determinado período. Entretanto, a Petrobras não reconhece responsabilidade pelos supostos prejuízos alegados pelos investidores nestas arbitragens, tampouco o cabimento de arbitragem coletiva.

Em setembro de 2024, a arbitragem coletiva proposta por uma associação que pretendia representar investidores foi julgada favoravelmente à Companhia, tendo sido reconhecido que a referida associação não detinha legitimidade para propor demanda coletiva para representação de investidores de uma companhia de capital aberto.

Uma das arbitragens foi julgada favoravelmente à Petrobras. Dentre outros argumentos, o Tribunal Arbitral entendeu que os danos alegados pelos investidores são indiretos e, portanto, não indenizáveis. A sentença é final e não sujeita a recurso, sendo a arbitragem confidencial.

As demais arbitragens ainda estão em trâmite, seja em estágios preliminares, seja iniciando a fase de produção de provas.

Contudo, em uma das arbitragens, proposta por dois investidores institucionais, em maio de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial que indica a responsabilidade da Companhia, mas não determina o pagamento de valores pela Petrobras, tampouco encerra o procedimento. Essa arbitragem é confidencial, assim como as demais em curso, e a sentença parcial que não representa um posicionamento da Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM, mas unicamente dos três árbitros que compõem este painel arbitral, não se estende às demais arbitragens existentes. Em julho de 2020, a Petrobras ingressou com ação judicial para anulação dessa sentença arbitral parcial, por entender que ela contém graves falhas e impropriedades. Em novembro de 2020, a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro anulou a sentença arbitral parcial, em razão dessas graves falhas e impropriedades apontadas pela Petrobras. Foi interposto recurso em face dessa decisão, sendo que a decisão do Tribunal de Justiça a respeito de tal pleito ainda não foi divulgada. Em respeito às regras da CAM, a ação judicial tramita em segredo de justiça.

A Petrobras reitera que continuará a se defender vigorosamente, em respeito a seus atuais acionistas, em todas as arbitragens de que é parte.

c. Arbitragem na Argentina

Em setembro de 2018, a Petrobras foi citada na demanda arbitral proposta por Consumidores Damnificados Asociación Civil para su Defensa ("Associação") contra a Companhia e outras pessoas físicas e jurídicas, perante o Tribunal Arbitral da Bolsa de Valores de Buenos Aires ("Tribunal Arbitral"). Entre outras questões, a Associação alega a responsabilidade da Petrobras por uma suposta perda de valor de mercado das ações da Petrobras na Argentina, em razão dos fatos revelados pela Operação Lava Jato.

Em junho de 2019, a Companhia informou que o Tribunal Arbitral reconheceu a desistência da arbitragem pelo fato de a Associação não ter pago a taxa de arbitragem no prazo estabelecido. A Associação recorreu ao Poder Judiciário argentino contra essa decisão, tendo sido rejeitados os recursos pelo Tribunal de Apelação em novembro de 2019. A Associação interpôs novo recurso dirigido à Suprema Corte da Argentina, cujo seguimento foi denegado, razão pela qual a Associação apresentou novo recurso, o qual também foi negado, tendo a arbitragem sido enviada ao Tribunal Arbitral.

A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e irá se defender firmemente na arbitragem em referência.

d. Ação coletiva na Argentina

Em paralelo à arbitragem acima mencionada, em 10 de abril de 2023, a Petrobras compareceu em uma ação coletiva que foi proposta pela Consumidores Damnificados Asociación Civil (a "Associação"), perante a Corte Civil e Comercial de Buenos Aires, na Argentina, com a finalidade de apresentar defesa.

Entre outras questões, a Associação alega a responsabilidade da Companhia por uma suposta perda do valor de mercado dos valores mobiliários da Petrobras na Argentina, em decorrência de alegações formuladas no âmbito

da Operação Lava Jato e seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia anteriores a 2015. A Petrobras apresentou sua defesa em 30 de agosto de 2023.

Tal demanda não gera impactos financeiros e econômicos imediatos para a Companhia. A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e se defenderá com vigor das acusações formuladas.

e. Ações penais na Argentina

A Petrobras foi incluída como ré em ações penais na Argentina:

- i. Ação penal por alegado descumprimento da obrigação de publicar “fato relevante” na Argentina sobre a existência de uma ação coletiva movida por Consumidores Damnificados Asociación Civil para su Defensa (“Associação”) perante a Corte Comercial, de acordo com as disposições da lei argentina de mercado de capitais. Vale ressaltar que a Petrobras não foi citada no âmbito da referida ação coletiva durante o período em que foi listada na Bolsa de Buenos Aires. Em 4 de março de 2021, o Tribunal (Sala A da Camara Penal Econômico) decidiu que a competência para o julgamento desta ação penal deve ser transferida do Tribunal Econômico Criminal n° 3 da cidade de Buenos Aires para o Tribunal Econômico Criminal n° 2 dessa mesma cidade. A Petrobras apresentou defesas processuais e de mérito perante o tribunal criminal, mas o Tribunal Econômico Criminal n° 2 ainda não proferiu uma decisão.
- ii. Ação Penal relacionada a uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, agravada pelo fato de a Petrobras supostamente ter declarado dados falsos nas suas demonstrações financeiras anteriores a 2015. A Petrobras apresentou defesas processuais, atualmente objeto de recursos em instâncias recursais da Justiça argentina. Em 21 de outubro de 2021, após recurso da Associação, o Tribunal de Apelações revogou a decisão de primeira instância que havia reconhecido a imunidade de jurisdição da Petrobras e recomendou que o Juízo de primeira instância promovesse algumas diligências para certificar se a Companhia poderia ser considerada criminalmente imune na Argentina para posterior reavaliação do tema. A Petrobras recorreu contra essa decisão perante a Corte de Cassação, tendo o recurso da Companhia sido negado. Após o juízo de primeira instância negar a imunidade de jurisdição à Petrobras, a Companhia recorreu ao Tribunal. Em 27 de dezembro de 2022, o Tribunal considerou novamente a decisão de primeira instância prematura, determinando a emissão de uma terceira decisão. Em 30 de maio de 2023, o tribunal inferior negou o reconhecimento de imunidade de jurisdição da Petrobras, tendo sido apresentado um recurso contra essa decisão perante o Tribunal de Apelações, que reconheceu a imunidade da Petrobras em 18 de abril de 2024. A Associação recorreu contra essa decisão e em 20 de dezembro de 2024, a Corte de Cassação reformou a decisão do Tribunal de Apelações para negar a imunidade de jurisdição da Petrobras, que, por sua vez, recorreu à Suprema Corte para restabelecer a decisão da Corte de Apelações. Em 27 de dezembro de 2024, antes do trânsito em julgado da decisão da Corte de Cassação, o juízo de primeira instância decretou o processamento da Petrobras e um embargo cautelar, o que foi objeto de recurso para a Corte de Apelações. Em outro aspecto processual, em 14 de setembro de 2022, a decisão que havia reconhecido que a Associação não poderia atuar como representante dos consumidores financeiros foi reformada pela Corte de Cassação após um recurso da Associação. Em 2 de novembro de 2022, a Petrobras apresentou um recurso contra essa decisão perante a Suprema Corte argentina, que ainda está pendente de julgamento. Esta ação penal está pendente perante o Tribunal Criminal Econômico n° 2 da cidade de Buenos Aires.

f. Ação judicial nos Estados Unidos relacionada à Sete Brasil Participações S.A. (“Sete”)

Em fevereiro de 2016, a EIG Management Company, LLC e alguns fundos afiliados (em conjunto denominados “EIG”) ajuizaram uma demanda perante a Corte Distrital do Distrito de Columbia em Washington, D.C. com relação à compra indireta de participações societárias na Sete Brasil, uma empresa criada para construir plataformas com alto conteúdo local. Nesse processo, a EIG alega que a Petrobras teria induzido os autores a investir na Sete Brasil e que era uma das responsáveis pela crise financeira da Sete, que entrou com processo de recuperação judicial no Brasil.

Em 2017, a Corte Distrital negou o pedido de arquivamento sumário apresentado pela Petrobras, tendo decidido que o processo deveria seguir para a fase de produção de provas. Houve a interposição de recursos por parte da Petrobras, tendo tal fase recursal perdurado até 16/01/2020, quando a decisão da Corte do Distrito de Colúmbia se tornou definitiva. Durante o ano de 2020, as partes se envolveram em extensas trocas de documentos e outras provas documentais. As partes também ouviram os depoimentos de diversas testemunhas dos fatos. Em 2021, além da continuidade de tais oitivas, foram produzidas provas periciais, bem como as partes apresentaram pedidos para que o caso fosse julgado sumariamente (*motion for summary judgment*).

Em 8 de agosto de 2022, o juiz acolheu o pleito da EIG quanto à responsabilidade da Petrobras pelos alegados prejuízos, mas negou o pedido de julgamento antecipado (*motion for summary judgment*) com relação a danos, com o que a concessão de indenização estará sujeita à comprovação dos danos pela EIG em audiência de julgamento e à apreciação das defesas pela Companhia. Na mesma decisão, cujos reflexos foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia no 3T/2022, o juiz negou o pedido de extinção do processo com base na imunidade de jurisdição da Petrobras, razão pela qual foi apresentado recurso perante a Corte Federal de Apelações do Distrito de Colúmbia.

Em 26 de agosto de 2022, foi apresentado requerimento pela Petrobras para que a ação fosse suspensa até o julgamento do referido recurso, tendo tal suspensão sido concedida pelo juiz em 26 de outubro de 2022.

Em 17 de outubro de 2023, as partes apresentaram suas razões oralmente perante os juízes da Corte Federal de Apelações do Distrito de Colúmbia, que rejeitou o recurso em junho de 2024. Em seguida, a Petrobras apresentou um pedido de reconsideração, que foi rejeitado em 24 de julho de 2024. Em função disso, o processo teve seu curso retomado e o juiz agendou o começo da audiência de julgamento para o dia 31 de março de 2025.

Em outro requerimento apresentado pela EIG, a Corte Distrital de Amsterdã concedeu medida cautelar em 26 de agosto de 2022, para bloquear determinados ativos da Petrobras na Holanda. A decisão foi fundamentada naquela proferida pela Corte Distrital do Distrito de Columbia, em 8 de agosto de 2022, e teve como propósito garantir a satisfação dos pedidos da EIG contidos no processo norte-americano mencionado anteriormente. Apenas para o fim dessa cautelar, a Corte Distrital de Amsterdã limitou os pedidos da EIG em um total de cerca de US\$ 297,2 milhões, embora a Corte norte-americana tenha decidido que qualquer concessão de indenização dependerá da comprovação de danos pela EIG em audiência de julgamento. Há algumas discussões sobre o escopo dos bens bloqueados pela EIG, mas não há nenhum processo pendente a esse respeito na Holanda. Tal bloqueio cautelar não impede o cumprimento de obrigações da Petrobras e de suas subsidiárias perante terceiros.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Informações do Consolidado

R\$ milhões	2024
EBITDA	204.234
EBITDA Ajustado	214.419
EBITDA Ajustado sem eventos exclusivos	245.786
Margem do EBITDA Ajustado (%)	44
Disponibilidades Ajustadas (fim do período)	49.978
Dívida Bruta	373.467
Dívida Líquida	323.489
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	1,29x

1 - índice calculado em dólar (dívida líquida de US\$ 52.240 e EBITDA ajustado de US\$ 40.399).

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado	2024
Lucro líquido (prejuízo)	37.009
Resultado Financeiro líquido	82.471
Imposto de renda e contribuição social	17.721
Depreciação, depleção e amortização	67.033
EBITDA	204.234
Resultado de participações em investimentos	3.467
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	9.371
Resultado com alienações e baixas de ativos	(1.171)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	(1.482)
EBITDA Ajustado	214.419
Margem do EBITDA Ajustado (%)	44

EBITDA Ajustado sem eventos exclusivos (R\$ milhões)	2024	2023	2024 X 2023 (%)
Lucro líquido (prejuízo)	37.009	125.166	(70,4)
Eventos exclusivos	(95.790)	(5.471)	1650,9
Eventos exclusivos que não afetam o EBITDA Ajustado	(64.423)	8.168	-
<i>Impairment</i> de ativos e de investimentos	(9.307)	(13.120)	(29,1)
Resultado com alienação e baixa de ativos	1.171	6.511	(82,0)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	1.482	1.399	5,9

Efeitos da transação tributária no resultado financeiro	(11.051)	-	-
Ágio/deságio na recompra de títulos de dívidas	47	383	(87,7)
(Perdas)/ganhos com variação cambial real x dólar (*)	(46.765)	11.839	-
Acordo Petrobras e Eletrobras - empréstimos compulsórios	-	1.156	-
Outros eventos exclusivos	(31.367)	(13.639)	130,0
PDV	44	43	2,3
Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)	(40)	(1.061)	(96,2)
Ressarcimento de valores - Operação Lava Jato	336	562	(40,2)
Resultado com desmantelamento de áreas	(15.745)	(5.850)	169,1
(Perdas)/Ganhos com contingências judiciais	(5.395)	(3.982)	35,5
Efeitos da transação tributária na despesa tributária	(3.595)	-	-
Equalização de gastos - AIP	(78)	(251)	(68,9)
(Perdas)/ganhos oriundos da revisão atuarial do Plano de Saúde	(6.955)	-	-
(Perdas)/ganhos com cessão de contratos de concessão	61	-	-
Indenização por distrato do contrato de afretamento de embarcação	-	(1.654)	-
Imposto sobre exportação de petróleo bruto	-	(1.446)	-
Efeito líquido dos eventos exclusivos no IR/CSLL	29.442	1.857	1485,5
Lucro líquido sem eventos exclusivos	103.358	128.780	(19,7)
Acionistas Petrobras	102.955	128.220	(19,7)
Acionistas não controladores	403	560	(28,0)
EBITDA Ajustado	214.419	262.227	(18,2)
Eventos exclusivos	(31.367)	(13.639)	130,0
EBITDA Ajustado sem eventos exclusivos	245.786	275.866	(10,9)

(*) A partir do 4T24, a linha de (Perdas)/ganhos com variação cambial real x dólar foi adicionada na tabela para cálculo do EBITDA ajustado e Lucro líquido sem eventos exclusivos. Para fins comparativos, os períodos divulgados anteriormente foram atualizados.

Disponibilidades Ajustadas, Dívida Bruta e Líquida

R\$ milhões	31.12.2024
Empréstimos e Financiamentos	143.426
Mercado de capitais	89.724
Mercado bancário	40.365
Bancos de fomento	3.146
Agências de créditos à exportação	9.341
Outros	850
Financiamento por arrendamento	230.041
Dívida Bruta	373.467
Caixa e equivalentes de caixa	-20.254
Títulos públicos federais e <i>Time Deposits</i> e CDB	-29.724
Disponibilidades Ajustadas	-49.978

Dívida Líquida	323.489
Patrimônio Líquido	367.514
Taxa média dos financiamentos (% a.a.)	6,80%
Prazo médio da dívida (anos)	12,52

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As medições não contábeis informadas neste item 2.5 serão detalhadas a seguir. Importa esclarecer que tais medições não estão previstas nas normas internacionais de contabilidade - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, não devem ser base de comparação com o divulgado por outras empresas e não devem ser consideradas como substitutas, e sim como informações adicionais que devem ser avaliadas em conjunto com qualquer outra medida calculada de acordo com o IFRS e com os pronunciamentos emitidos pelo CPC, visando um melhor entendimento sobre o desempenho e condições financeiras da Companhia.

EBITDA

O EBITDA é um indicador calculado como sendo o lucro líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. A Petrobras divulga o EBITDA, conforme faculta a Instrução CVM nº 527 de outubro de 2012.

EBITDA Ajustado

Visando refletir a visão dos Administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia, o EBITDA também é apresentado ajustado (EBITDA Ajustado) pelos seguintes itens: resultado da participação em investimentos, *impairment*, realização dos resultados abrangentes por alienação de participação societária, resultados com acordo de coparticipação em áreas licitadas e o resultado com alienação e baixa de ativos.

O EBITDA Ajustado, quando refletindo o somatório dos últimos 12 meses, também representa uma alternativa da geração operacional de caixa da Companhia. Essa medida é utilizada para cálculo da métrica Dívida Bruta e Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado, auxiliando na avaliação da alavancagem e liquidez da Companhia.

Margem do EBITDA Ajustado

A Margem do EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado, dividido pela receita de vendas.

A Companhia utiliza a Margem do EBITDA Ajustado por refletir a visão dos administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia e entende ser um bom indicador da margem operacional.

EBITDA Ajustado sem eventos exclusivos

Na opinião da Administração, os eventos exclusivos apresentados acima, embora relacionados aos negócios da Companhia, foram destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado. Tais itens não ocorrem necessariamente em todos os períodos, sendo divulgados quando relevantes.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é calculada como a soma dos empréstimos e financiamentos e arrendamentos de curto e longo prazos.

A Dívida Líquida é a Dívida Bruta subtraída do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos públicos federais e *time deposits* (Disponibilidades Ajustadas).

Índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

Essa medida é utilizada pela Companhia para auxiliar na avaliação da alavancagem e liquidez.

Disponibilidades Ajustadas

Somatório de disponibilidades e investimentos em títulos governamentais e aplicações financeiras no exterior em *time deposits* de instituições financeiras de primeira linha, com vencimentos superiores a três meses a partir da data de aplicação, considerando a expectativa de realização desses investimentos no curto prazo.

A administração acredita que essa medição é uma informação suplementar para avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

a) Cancelamento de ações em tesouraria

Em 29 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do total de 155.764.169 ações em tesouraria, sem redução do capital social, sendo 155.541.409 de ações preferenciais e 222.760 de ações ordinárias.

Com o cancelamento das ações em tesouraria, o capital social da companhia passa a ser dividido em 7.442.231.382 ações ordinárias e 5.446.501.379 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

A proposta de atualização do Estatuto Social da companhia, para refletir essa nova quantidade de ações, será submetida à Assembleia Geral.

b) Recebimentos de pagamentos contingentes (earnout)

Em janeiro de 2025, a Petrobras recebeu pagamentos contingentes (*earnout*) referentes a três operações, totalizando R\$ 3.702, sendo:

- R\$ 2.161 dos parceiros dos blocos de Sépia e Atapu, referente ao Excedente da Cessão Onerosa;
- R\$ 1.025 da Petro Rio Jaguar Petróleo S.A. (PRIO), relativo à venda da participação da Petrobras no campo de Albacora Leste; e
- R\$ 516 da Karoon Petróleo & Gás Ltda, correspondente a venda do campo de Baúna.

Todos esses recebimentos estão de acordo com os termos dos contratos negociados entre as partes.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Reserva legal - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404 (“Lei das Sociedades por Ações” - “LSA”). A reserva somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar capital. O saldo dessa reserva atingiu o limite legal em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$ 41.086 milhões.

Reserva estatutária de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - É constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício, até o limite de 5% do capital social, de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo dessa reserva atingiu o limite estabelecido em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$ 10.272 milhões.

Reserva estatutária de remuneração de capital - É constituída mediante destinação de até 70% (setenta por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, observados o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e a Política de Remuneração aos Acionistas, até o limite do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar recursos para o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, ou outra forma de remuneração aos acionistas prevista em lei, suas antecipações, recompras de ações autorizadas por lei, absorção de prejuízos e, como finalidade remanescente, incorporação ao capital social.

O saldo da reserva foi utilizado no exercício de 2024 para pagamento de dividendos do exercício (R\$ 21.936 milhões) e de dividendos adicionais aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2024 (R\$ 21.935 milhões).

Reserva de incentivos fiscais. - É constituída mediante destinação de parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da LSA. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. O valor destinado para reserva de incentivos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 790 milhões, montante que representa 2,1% do lucro declarado.

Reserva de retenção de lucros - É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2024 houve a utilização do valor de R\$ 15.838 milhões da reserva de retenção de lucros na destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2024.

a.i. Valores das Retenções de Lucros:

O valor a retenção de lucros em reserva de incentivos fiscais sobre o valor total dos lucros declarados no exercício de 2024 foi de R\$ 790 milhões.

a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados:

O percentual do valor da retenção de lucros em reserva de incentivos fiscais sobre o valor total dos lucros declarados no exercício de 2024 foi de 2,1%.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Dispõe o Estatuto Social da Companhia:

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia (Artigo 8º).

As ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros (Artigo 5º, §2º).

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes (Artigo 9º, *caput*).

Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia (Artigo 10).

Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral (Artigo 11).

A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor (artigo 4, §2º).

A Política de Remuneração aos Acionistas prevê que:

A remuneração aos acionistas da Petrobras deverá ocorrer por meio de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e/ou de recompra de suas próprias ações. A recompra, quando ocorrer, deverá ser realizada por meio de programa estruturado aprovado pelo Conselho de Administração.

As recompras de ações realizadas no contexto da Política de Remuneração aos Acionistas terão sempre como objetivo manutenção das ações adquiridas em tesouraria e posterior cancelamento.

- 4.1. A Companhia estabelece uma remuneração mínima anual de US\$ 4 bilhões para exercícios em que o preço médio do Brent for superior a US\$ 40/bbl, a qual poderá ser distribuída independentemente do seu nível de endividamento, desde que observados os princípios previstos nessa Política.
- 4.1.1 A remuneração mínima anual será equivalente para as ações ordinárias e as ações preferenciais, desde que supere o valor mínimo para as ações preferenciais previsto no Estatuto Social da Companhia.
- 4.2. Em caso de dívida bruta igual ou inferior ao nível máximo de endividamento definido no plano estratégico em vigor e de resultado positivo acumulado, a serem verificados no último resultado trimestral apurado e aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia deverá distribuir aos seus acionistas 45% do fluxo de caixa livre, conforme equação abaixo, desde que o resultado desta fórmula seja superior ao valor previsto no item 4.1 e não comprometa a sustentabilidade financeira da Companhia:

Remuneração aos acionistas = 45% x Fluxo de Caixa Livre, onde:

Fluxo de caixa livre: fluxo de caixa operacional deduzido das aquisições de ativos imobilizados, intangíveis e participações societárias.

Fluxo de caixa operacional: recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais apresentados na demonstração dos fluxos de caixa do consolidado.

Aquisições de ativos imobilizados, intangíveis e participações societárias: pagamentos realizados pela Companhia para aquisição de ativos imobilizados, intangíveis e participações societárias, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa do consolidado. As aquisições de participações societárias incluem aportes, adiantamentos para futuro aumento de capital e aquisição e/ou aumento do percentual de participação, inclusive em controladas. Não serão adicionados os recebimentos e/ou deduzidos os pagamentos de outras transações das atividades de investimentos e de financiamentos apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa do consolidado, assim como pagamentos referentes a recompras de ações de emissão da Companhia.

- 4.2.1 A fórmula acima será aplicada, a cada trimestre, sobre os fluxos de caixa do consolidado da Companhia do respectivo trimestre.
- 4.2.2 Eventuais valores relativos às recompras de ações realizadas pela Companhia, apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa do consolidado de cada período, serão deduzidos do valor resultante da fórmula aplicada a cada trimestre.
- 4.3 A Companhia poderá, em casos excepcionais, realizar distribuição de remuneração extraordinária aos acionistas, superando o dividendo mínimo legal obrigatório e/ou os valores estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2, desde que a sustentabilidade financeira da Companhia seja preservada.
- 4.4 A distribuição de remuneração aos acionistas deverá ser feita trimestralmente.
- 4.5 A Companhia poderá excepcionalmente promover a distribuição de remuneração aos acionistas mesmo na hipótese de não verificação de lucro líquido, uma vez atendidas as regras previstas na Lei 6.404/76 e observados os critérios definidos na política.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Dispõe o Estatuto Social da Companhia:

A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no artigo 204 da LSA (parágrafo único do Artigo 9º).

Dispõe a Política de Remuneração aos Acionistas:

A distribuição de remuneração aos acionistas será feita trimestralmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração aos Acionistas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28/07/2023. O documento encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: [Política de Remuneração aos Acionistas](#).

Valores aprovados no exercício de 2024

Em 16 de abril de 2025, a AGO aprovou a destinação do resultado do exercício de 2024 no montante de R\$ 73.906 milhões (R\$ 5,73413520 por ação preferencial e ordinária em circulação), que contempla o dividendo mínimo obrigatório de R\$ 8.954 milhões, equivalente ao percentual de 25% do lucro líquido ajustado, além de dividendos adicionais de R\$ 27.178 milhões oriundos da parcela remanescente dos lucros acumulados do exercício e R\$ 37.774 milhões oriundos das reservas de remuneração do capital e de retenção de lucros. Essa proposta é superior à prioridade das ações preferenciais e está aderente à política de remuneração aos acionistas, conforme tabela abaixo:

	Controladora	
	Valor por ação PN e ON (R\$)	Valor
Antecipação da remuneração aos acionistas aprovada pelo CA em 2024, atualizada monetariamente pela Selic, e paga até março de 2025	5,02458998	64.761
Dividendos adicionais propostos, aprovados pelo CA em 26 de fevereiro de 2025 ⁽¹⁾	0,70954522	9.145
Total dos dividendos propostos pela administração	5,73413520	73.906
(1) A data de corte para os detentores de ações de emissão da Petrobras negociadas na B3 será no dia 16 de abril de 2025 e a record date para os detentores de American Depositary Receipts (ADRs) negociadas na New York Stock Exchange – NYSE será o dia 22 de abril de 2025.		

Com aprovação da AGO, a parcela a ser paga dos dividendos complementares do exercício de 2024 é de R\$ 9.145, equivalente a R\$ 0,70954522 por ação preferencial e ordinária em circulação. Esse montante será pago em duas parcelas iguais nos meses de maio e junho de 2025, atualizadas pela variação da taxa Selic de 31 de dezembro de 2024 até a data dos efetivos pagamentos.

Em 3 de agosto de 2023, o Conselho da Administração aprovou o Programa de Recompra de Ações, visando a aquisição de até 157,8 milhões ações preferenciais de emissão da companhia, na Bolsa de Valores do Brasil (B3), para permanência em tesouraria com posterior cancelamento, sem redução do capital social. O Programa foi realizado no contexto da Política de Remuneração de Acionistas, aprovada em 28 de julho de 2023, e no prazo máximo de 12 meses.

Em 4 de agosto de 2024, o Programa foi encerrado e, ao longo do período em que esteve vigente, resultou na recompra de um total de 155.468.500 ações preferenciais pela Companhia, no montante de R\$ 5.563, considerando os custos de transação de R\$ 2, sendo:

- i. 104.064.000 ações no período de agosto a dezembro de 2023 no valor de R\$ 3.644, incluindo custos de transação; e
- ii. 51.404.500 ações no período de janeiro a junho de 2024 no valor de R\$ 1.919, incluindo custos de transação.

Em 29 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria, sem redução do capital social.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A tabela a seguir resume as obrigações que não atendem aos critérios de reconhecimento previstos nas normas internacionais de contabilidade (*off balance*) em 31 de dezembro de 2023:

Obrigações Contratuais

Pagamentos com vencimento por período (R\$ milhões)					
	Total	2025	2026-2027	2028-2029	2030 em diante
Outros compromissos contratuais					
Gás natural ship or pay	90.861	17.076	24.276	24.219	25.290
Serviços contratados	389.282	154.868	82.699	57.390	94.325
Compromisso de compra de GN ⁽¹⁾	9.198	3.155	3.483	2.560	–
Compromissos relacionados a arrendamentos mercantis ainda não iniciados	402.710	110.219	27.822	11.849	252.820
Financiamentos por Arrendamento de curto prazo	5	5	–	–	–
Compromissos de compra	68.110	48.876	11.264	5.309	2.661
Total	960.166	334.199	149.544	101.327	375.096

1- Informações estimadas com base na curva de oferta e demanda esperada do Plano Estratégico 2025-2029, aprovado em 21 de novembro de 2024.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que não estejam no item anterior.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia e o registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

b. natureza e o propósito da operação

Vide item “a” acima.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item “a” acima.

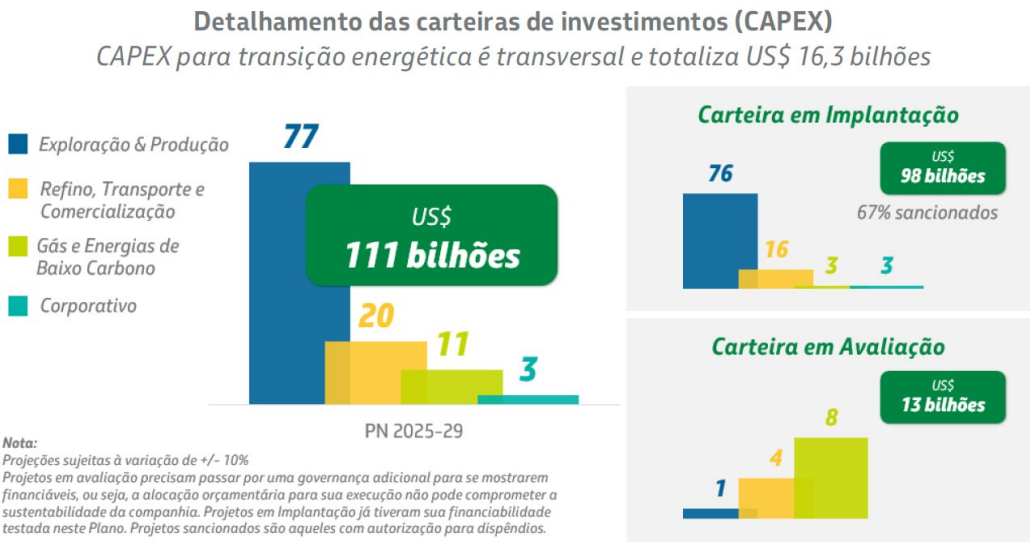
2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

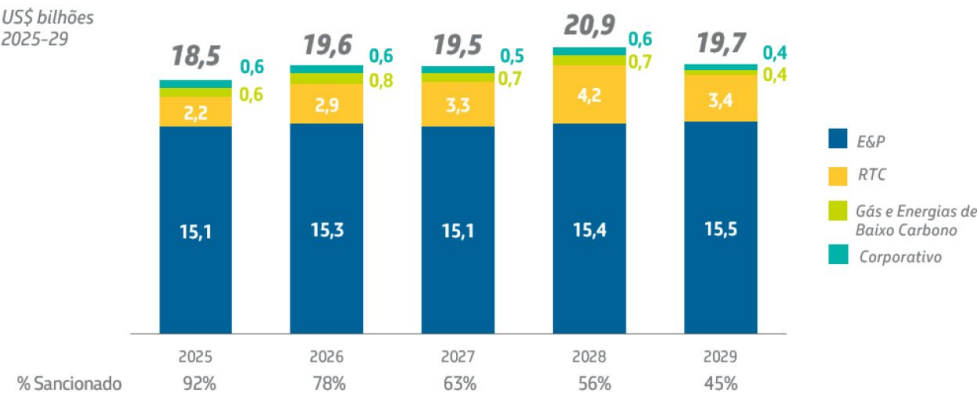
Conforme fato relevante divulgado em 21 de novembro de 2024, o Conselho de Administração (CA) da Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2050 (PE 2050) e o Plano de Negócios 2025-2029 (PN 2025-29) da Companhia, com as seguintes informações sobre investimentos (CAPEX):

No horizonte do PN 2025-29, a Petrobras prevê investimentos de US\$ 111 bilhões, sendo US\$ 98 bilhões na Carteira de Projetos em Implantação e US\$ 13 bilhões na Carteira de Projetos em Avaliação, composta por oportunidades com menor grau de maturidade e sujeitas a estudos adicionais de financiabilidade antes do início da execução. O investimento total previsto para os próximos cinco anos é 9% superior ao volume previsto no PE 2024-28+.

O CAPEX do segmento Exploração e Produção (E&P) representa 70% do total, seguido pelo Refino, Transporte e Comercialização (RTC) com 18%, Gás e Energias de Baixo Carbono (G&E) com 10% e o Corporativo com 2%.



Distribuição anual dos investimentos (CAPEX) da Carteira em Implantação



* Projetos sancionados são aqueles com autorização para dispêndios.

Exploração e Produção (E&P)

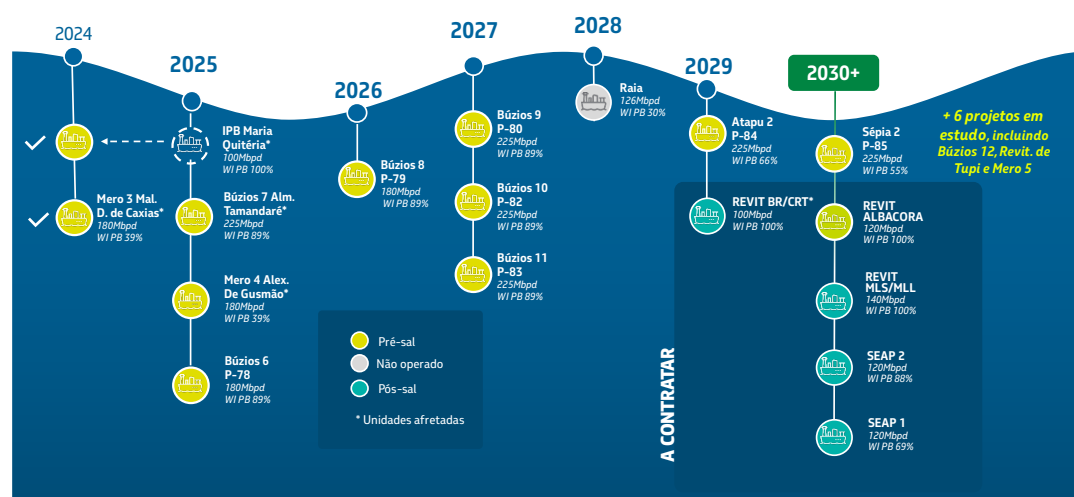
Com investimentos totais previsto de US\$ 77,3 bilhões para o quinquênio do 2025-2029, um aumento de 5% em relação ao plano 2024-2028, o segmento de Exploração e Produção (E&P) destina cerca de 60% desse montante

para os ativos do pré-sal. Essa estratégia consolida uma fase significativa de investimentos nessa camada, reforçando seu diferencial competitivo por meio da produção de petróleo de melhor qualidade, com baixos custos e menores emissões de gases de efeito estufa. Ao mesmo tempo, a companhia mantém grandes projetos de revitalização (REVITs), com o objetivo de aumentar os fatores de recuperação em campos maduros, especialmente na Bacia de Campos.

Os projetos da Companhia se destacam pela dupla resiliência (econômica e ambiental) e pelo alto valor econômico, formando um portfólio viável para cenários de baixos preços de petróleo no longo prazo, com um Brent de Equilíbrio prospectivo, em média, de US\$ 28 por barril e uma intensidade de carbono de até 15 kgCO₂e por barril de óleo equivalente no quinquênio. A companhia também prevê uma média do Custo Total do Petróleo Produzido (CTPP) - que inclui custos de extração, participações governamentais, depreciação e depleção - de US\$ 36,5 por boe durante esse período, considerando participações governamentais de acordo com o Brent médio estimado como premissa do planejamento.

Entre 2025 e 2029, serão implantados 10 novos sistemas de produção, utilizando tecnologias de última geração que permitem maior eficiência e redução das emissões. Desses, nove já estão contratados. Além disso, existem cinco projetos em fase de implantação para além de 2029 e mais seis em estudo. A Petrobras será a operadora de todos esses projetos, exceto o projeto Raia, que é operado pela Equinor.

Carteira de novos sistemas de produção



Refino, Transporte e Comercialização + Petroquímica e Fertilizantes (RTC)

O PN 2025-29 destina US\$ 19,6 bilhões em investimentos totais para o segmento de Refino, Transporte, Comercialização, Petroquímica e Fertilizantes (RTC), o que representa um aumento de 17% em relação ao plano anterior.

Os investimentos em refino têm como principais objetivos aumentar a capacidade do parque da Petrobras, ampliando a oferta de produtos de alta qualidade, como Diesel S10 e lubrificantes, além de combustíveis de baixo carbono. Também buscam melhorar a eficiência das unidades, avançando na descarbonização das operações e aumentando a disponibilidade operacional.

Com os projetos na carteira RTC do Plano, está previsto um aumento na capacidade de destilação, passando de 1.813 mil barris por dia (bpd) para 2.105 mil bpd, com destaque para os projetos da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), que incluem a ampliação do Trem 1 e a conclusão do Trem 2.

A Petrobras também aumentará a capacidade de produção de Diesel S10 em 290 mil bpd em seu parque de refino, considerando os projetos da Carteira de Implantação. Além disso, contará com sua primeira unidade de lubrificantes Grupo II (mais modernos), com capacidade de 12 mil bpd até 2029. Com os projetos da Carteira de

Avaliação, há ainda o potencial de adicionar uma capacidade de produção de Diesel S10 de 70 mil bpd para além de 2029.

No âmbito do programa BioRefino, a companhia planeja ofertar produtos de baixo carbono, com menor emissão de gases de efeito estufa (GEE), assumindo um papel de destaque na transição energética e atendendo à crescente demanda por energia renováveis. Por meio desse programa, a Petrobras ampliará sua capacidade de produção do Diesel R5 (com 5% de conteúdo renovável) por meio da rota de coprocessamento, integrado às operações de algumas unidades de seu parque de refino.

Além disso, há outros projetos e estudos em andamento envolvendo biocombustíveis produzidos por diferentes rotas tecnológicas, com destaque para plantas dedicadas à produção de Bioquerosene de Aviação (BioQav - SAF) e Diesel 100% renovável (HVO) via rota HEFA (Hydroprocessed Esters and Fat Acids). Também estão sendo realizados estudos sobre a rota ATJ (Alcohol to Jet), que visa a produção de SAF por meio do processamento de etanol. Ademais, estão em avaliação projetos de biorrefino em parceria com a Refinaria Riograndense e com a Acelen.

Os principais investimentos de Comercialização e Logística têm como foco a remoção de gargalos logísticos e a expansão da atuação em mercados estratégicos. Dentre as iniciativas, destaca-se a construção de 16 novos navios de cabotagem e a implantação de projetos logísticos para aumentar a presença em mercados em crescimento, como os investimentos no Terminal Aquaviário do Porto de Santos e a construção de um novo duto de combustíveis claros para abastecimento do Centro-Oeste.

Adicionalmente, há a retomada das atividades no segmento de Fertilizantes, com investimentos que totalizam US\$ 900 milhões no quinquênio, incluindo a retomada da construção da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III), em Três Lagoas (MS), e a reativação da fábrica de fertilizantes da Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), em Araucária (PR).

No segmento de Petroquímica, serão conduzidos estudos para identificar oportunidades de negócios em sinergia com o Refino e Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs).

Gás Natural e Energias de Baixo Carbono

Os projetos de Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC) receberão investimentos totais de US\$ 11 bilhões, mantendo as iniciativas previstas no plano anterior, com foco na confiabilidade e disponibilidade dos ativos para assegurar a competitividade na operação e comercialização de gás e energia. Além disso, incluem projetos voltados para a redução das emissões e iniciativas para a inserção de fontes renováveis.

O PN 2025-29 considera o desenvolvimento de duas usinas termelétricas (UTES) no Complexo de Energia Boaventura, em Itaboraí (RJ), sendo a implementação desses projetos condicionada ao sucesso em leilões futuros de reserva de capacidade de energia.

Quanto às Energias de Baixo Carbono (escopo 3), o Plano aprovado abrange projetos e estudos nos segmentos de geração renovável onshore (eólica/solar), bioprodutos (etanol, biodiesel e biometano), hidrogênio de baixo carbono, captura, transporte e armazenamento de carbono (CCUS), entre outros.

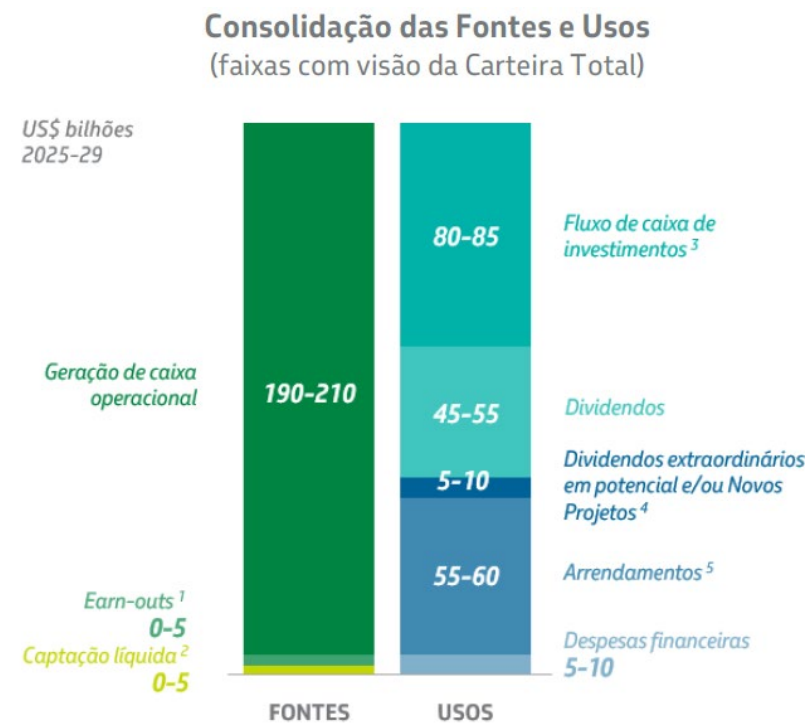
Para mais detalhes sobre oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões Ambiental, Social e Governança (ASG), consulte o subitem 'd' mais abaixo.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais premissas para a financiabilidade do PN 2025-29 são:

	2025	2029
Brent (US\$/barril)	83	68
Taxa de câmbio nominal (R\$/US\$)	5,0	5,1
Crackspread Diesel (US\$/barril)	22	19
Crackspread Gasolina (US\$/barril)	14	12

A figura abaixo detalha as fontes e usos previstos no horizonte do plano:



1 Inclui pagamentos contingentes, diferidos e desinvestimentos

2 Captação de financiamentos, líquidos de amortizações

3 Investimentos totais

4 Inclui os dividendos extraordinários declarados em 21/11/2024

5 Aumentos nos leasings devido, principalmente, a valores incluídos na geração de caixa operacional e no fluxo de caixa de investimentos no plano anterior

Destaca-se que o PN 2025-29 considera, entre as premissas para a financiabilidade, a geração de caixa superior aos investimentos e obrigações financeiras, um caixa mínimo de US\$ 6 bilhões, um intervalo de referência para a dívida bruta de US\$ 55 bilhões a US\$ 75 bilhões, com convergência no patamar de US\$ 65 bilhões, e o pagamento de dividendos de acordo com a Política de Remuneração aos Acionistas vigente.

Para mais detalhes sobre o PN 2025-29, consulte o Fato Relevante “Petrobras aprova Plano Estratégico 2050 e Plano de Negócios 2025-2029”, de 21 de novembro de 2024, além da apresentação do plano, ambos arquivados na CVM e divulgados no site da Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Seguem abaixo os processos de desinvestimento em andamento (posição de 24/02/2025):

- Campos de Cherne e Bagre - campos em águas rasas na Bacia de Campos (contrato assinado, mas pendente de conclusão).
- Polo Pescada - campos em águas rasas na Bacia de Potiguar (contrato assinado, mas pendente de conclusão).
- Campo de Tartaruga - participação minoritária em campo não operado pela Petrobras em águas rasas na Bacia de Sergipe-Alagoas (em fase vinculante).

Acordos com o CADE

Em 2019, a Petrobras e o CADE assinaram dois Termos de Compromisso de Cessação de Prática, um relacionado ao mercado de Refino (“TCC Refino”) e outro relacionado ao mercado de Gás (“TCC Gás”).

TCC Refino

Em 29/05/2019, o TCC Refino foi celebrado prevendo, dentre outros compromissos, a obrigatoriedade de alienação de oito refinarias (REPAR, RNEST, REGAP, REFAP, RLAM, REMAN, LUBNOR e SIX). Esses compromissos estavam alinhados aos direcionadores de gestão de portfólio, à época, e à Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”) 09/2019, então vigente, que estabelecia diretrizes para a promoção da livre concorrência na atividade de refino no Brasil.

A Petrobras vinha cumprindo os compromissos pactuados no TCC Refino, incluindo a alienação integral de três ativos (SIX, RLAM e REMAN), tendo enfrentado obstáculos ao longo da execução dos processos de desinvestimentos que impediram a conclusão da alienação das demais refinarias que constavam do objeto original do TCC.

Conforme Fato Relevante publicado em 29/03/2023, ante o recebimento dos Ofícios 166/2023/GM-MME, 257/2023/GM-MME e 261/2023/GM-MME do Ministério de Minas e Energia, o Conselho de Administração da Petrobras entendeu ser necessário avaliar a solicitação do MME sobre a conveniência de dar continuidade ou não às vendas de ativos, frente ao novo Plano Estratégico que seria proposto pela Diretoria Executiva então recém-eleita.

Posteriormente, houve a publicação da Resolução CNPE 05/2023, que consolidou o fim das diretrizes relacionadas ao desinvestimento dos ativos, e a divulgação do PE 2024-2028+, que traz como um dos objetivos atuar de forma competitiva e segura, maximizando a captura de valor pela adequação e aprimoramento do parque de refino e desenvolvimento de novos produtos em direção a um mercado de baixo carbono. Assim, fez-se necessário revisar os termos do TCC, a fim de adequá-lo à nova realidade do mercado e do ambiente regulatório.

O aditivo é fruto de amplo debate entre as áreas técnicas da Petrobras e do CADE e culminou no encerramento da obrigação de alienação dos ativos remanescentes, no âmbito do TCC Refino, e no estabelecimento de novos compromissos, os quais podem ser resumidos nos seguintes itens:

1. novas obrigações, de natureza comportamental, desenhadas de forma a proporcionar ao CADE mecanismos de acompanhamento, em ambiente controlado, de dados relacionados à atuação comercial da Petrobras no mercado de derivados e de petróleo (óleo cru), em território nacional, que permitam a verificação do caráter não discriminatório dos preços praticados pela Petrobras;
2. divulgação pela Petrobras de diretrizes gerais comerciais não discriminatórias para entregas de petróleo por via marítima a qualquer refinaria independente, em território brasileiro;
3. oferta de Contratos Frame a qualquer refinaria independente, em território brasileiro, para entregas via marítima. Esse modelo de contrato estabelece as condições básicas para a negociação, carga a carga, de um volume de petróleo, sendo certo que a obrigação de compra e venda somente será assumida na hipótese de ambas as partes chegarem a um acordo de preço, garantindo o seu alinhamento às condições de mercado vigentes à época da conclusão de cada negócio. Esses contratos deverão prever, durante um período de três

dias úteis, a garantia de oferta de volume mínimo de petróleo mensal para entrega por via marítima por parte da Petrobras.

O prazo de vigência das obrigações pactuadas no Aditivo ao TCC Refino é de três anos, podendo ser prorrogáveis por igual período, a critério do CADE.

As novas obrigações pactuadas contemplam também as investigações instauradas após a celebração do TCC e preservam o objetivo de manutenção da competitividade no mercado de refino e expansão de agentes independentes, em um momento de transição na configuração do sistema de refino brasileiro.

Tendo em vista o exposto acima, a Petrobras retirou da sua carteira de desinvestimentos os seguintes ativos: REPAR, RNEST, REGAP, REFAP, LUBNOR.

TCC Gás

Em 08/07/2019, o TCC Gás foi celebrado prevendo, dentre outros compromissos, a obrigatoriedade de alienação das seguintes sociedades: Nova Transportadora do Sudeste S/A- NTS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A - TBG e das participações indiretas na Petrobras Gás S.A. - GASPETRO.

A Petrobras vinha dando cumprimento aos compromissos pactuados no TCC Gás, restando pendente apenas a alienação da TBG, cujo desinvestimento enfrentou obstáculos ao longo da sua execução.

Conforme Fato Relevante publicado em 29/03/2023, ante o recebimento dos Ofícios 166/2023/GM-MME, 257/2023/GM-MME e 261/2023/GM-MME do Ministério de Minas e Energia, o Conselho de Administração da Petrobras entendeu ser necessário avaliar a solicitação do MME sobre a conveniência de dar continuidade ou não às vendas de ativos, frente ao novo Plano Estratégico que seria proposto pela Diretoria Executiva então recém-eleita.

Desde a celebração o do TCC Gás, houve significativas alterações econômicas, legais e regulatórias no mercado nacional de gás natural que justificam a necessidade de reavaliação pela Petrobras do modelo de negócio dos projetos de desinvestimento no segmento de Gás Natural.

A Nova Lei do Gás, que entrou em vigor após a celebração do TCC, excepciona da obrigação de desverticalização as empresas que já eram verticalizadas previamente à sua publicação, como é o caso da TBG, desde que essas empresas se sujeitem a obrigações de independência e autonomia a serem reguladas pela ANP.

Assim, considerando que, de um lado, a desverticalização da TBG não é condição necessária para alcançar os objetivos do TCC Gás e, de outro, que sua alienação não estaria alinhada ao PE 2024-28+, foram negociadas obrigações de natureza comportamental que asseguram a independência operacional da TBG, de forma a afastar qualquer dúvida acerca da preservação da concorrência no mercado brasileiro de gás natural.

O aditivo é fruto de amplo debate entre as áreas técnicas da Petrobras e do CADE e culminou no encerramento da obrigação de alienação da TBG, no âmbito do TCC, e no estabelecimento de novos compromissos, os quais podem ser resumidos nos seguintes itens:

1. salvaguardas adicionais ao processo de eleição de membros independentes ao Conselho de Administração da TBG. A seleção desses Conselheiros, pela Petrobras, será necessariamente assessorada por um headhunter independente, que deverá providenciar uma lista tríplice de candidatos que observem os requisitos de independência estabelecidos no TCC Gás, a partir da qual serão indicados os novos membros do Conselho de Administração da TBG. Caso a eleição de qualquer conselheiro independente indicado pela Petrobras tenha descumprido os termos, o CADE poderá determinar aplicar multa à Petrobras (R\$ 150 mil) e determinar a revogação da nomeação desse conselheiro e o reinício do processo;
2. independência material (de fato) da Diretoria Comercial da TBG em relação à Petrobras, afastando-a de qualquer influência possível por parte da Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da empresa. Para

tanto, a Petrobras se compromete a, durante a vigência do TCC Gás, não ceder nenhum funcionário da Petrobras ou de suas subsidiárias integrais para compor quadros da TBG na Diretoria Comercial.

Tendo em vista o exposto acima, a Petrobras retirou a TBG da carteira de desinvestimentos. O prazo de vigência das obrigações pactuadas no Aditivo ao TCC Gás é coincidente com a emissão de certificado de independência à TBG ou até 4 de março de 2039, prazo previsto no art. 5º, § 4º, da Nova Lei do Gás, que estabeleceu este prazo como limite da desverticalização das transportadoras.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

O aumento da capacidade produtiva da Petrobras se dá, principalmente, por meio da implantação de projetos novos, de ampliação e/ou modernização de ativos, alinhados ao plano estratégico da companhia, que são divulgados no item 2.10.a.(i) do Formulário de Referência.

Adicionalmente, cabe mencionar que, em 2024, o Conselho de Administração aprovou a atuação da Companhia na África do Sul, viabilizando a aquisição de 10% de participação no bloco Deep Western Orange Basin (DWOB), por meio de processo competitivo conduzido pela TotalEnergies. A aquisição da participação está condicionada à aprovação dos órgãos reguladores locais. Como são direitos de exploração, a Companhia não tem como determinar, neste momento, se esse fato influenciará materialmente na capacidade produtiva do emissor no futuro.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia tem um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras desde a exploração de bacias petrolíferas, implantação de sistemas de produção em águas profundas até o refino e produção de derivados do petróleo. Como resultado, conquistou por cinco vezes (1992, 2001, 2015, 2020 e 2024) o *Distinguished Achievement Award for Companies*, concedido anualmente pela Offshore Technology Conference (OTC). Em 2019 e em 2023, a edição brasileira da conferência (OTC Brasil) lhe concedeu o *Distinguished Achievement Award*.

O portfólio de projetos de PD&I da Companhia alinha-se com as necessidades dos seus ativos e com as iniciativas de diversificação de mercado, no contexto da transição energética em curso. Isso envolve a exploração de potenciais canais de receitas nos quais a tecnologia proporciona uma vantagem estratégica, tais como captura, utilização e sequestro de CO₂ ("CCUS"), biocombustíveis, geração de energia eólica offshore e produtos renováveis.

A Companhia está investindo ativamente em tecnologias para reduzir a pegada de carbono e aumentar a participação de conteúdo renovável, com destaque para o teste de coprocessamento de etanol no RFCC da RECAP, permitindo a conversão do etanol em eteno verde. Além disso, a carteira de PD&I da Petrobras possui projetos que visam aumentar a eficiência e segurança operacional nas unidades de refino e de tratamento de gás natural, podendo citar o projeto de implementação de ferramenta de visualização 3D (PLAN360) para otimização dos processos de manutenção do parque de refino. Para as unidades de tratamento de gás, a Petrobras possui iniciativas de desenvolvimento que integram o próGás, programa de excelência da área, principalmente nas ambições de descarbonização, geração de valor e segurança. A Petrobras também possui projetos que visam o uso de fontes renováveis de energia e de descarbonização. Como exemplos, há o projeto que trata da construção de planta piloto de eletrólise, para estudo da valoração da cadeia de valor de hidrogênio sustentável, e o Reftop 2, que trata do mapeamento e quantificação de oportunidades e tecnologias visando a descarbonização em escopo 1 e 2 das refinarias da Petrobras.

O compromisso da Petrobras é implementar inovações tecnológicas em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o intuito de maximizar o valor do portfólio de Exploração e Produção (E&P), sempre pautados pela responsabilidade social e ambiental, segurança, integridade e transparência. Para isso, busca-se desenvolver e implantar soluções tecnológicas que promovam a eficiência na gestão de dados e aprimorem a previsibilidade diante dos novos desafios geológicos. Adicionalmente, a Companhia se dedica a maximizar os volumes recuperáveis dos reservatórios por meio de monitoramento integrado e gerenciamento ativo da produção, utilizando técnicas avançadas de assimilação de dados dinâmicos. Por fim, pretende-se integrar tecnologias em todas as etapas do

processo produtivo, desde o reservatório até a plataforma, visando otimizar a produção de óleo e gás e a injeção de água, assim garantindo o suporte necessário à curva de produção da Petrobras.

Além disso investimentos em PD&I para suportar a melhoria da eficiência operacional das plataformas e todos os recursos que as atendem. Destacam-se ações em eficiência operacional alinhadas com o programa EF100 e Programa Carbono Neutro. Relativo do aumento da eficiência operacional com foco na redução de perdas e aumento de eficiência na operação e manutenção das plataformas e seus sistemas, espera-se um impacto direto no aumento de produção e na redução de exposição ao risco das equipes. Novas metodologias de acesso contínuo e dinâmico a dados das plataformas, como o ambiente ATIVO360 e sistemas de vigilância, estão sendo desenvolvidas para contribuir com uma atuação mais preventiva no que tange aos riscos e ameaças à produção. Adicionalmente, nos sistemas submarinos e de poços, pesquisas relacionadas a sistemas e recursos para inspeção e manutenção buscam maximizar a produtividade e reduzir a exposição de pessoas a riscos nessas operações. E, além da questão da eficiência da operação e da manutenção, há projetos que visam a redução e controle da emissão de gases de efeito estufa, seja no desenvolvimento de tecnologias elétricas para os sistemas submarinos, de poços e de superfície, seja no estudo de recursos autônomos para atendimento às demandas operacionais das plataformas, contribuindo sobremaneira para a sustentabilidade da produção de óleo e gás da Petrobras.

A Petrobras opera um centro dedicado a pesquisas, desenvolvimento e inovação (Cenpes), que é um dos maiores do setor de energia, bem como um dos maiores do hemisfério sul. As instalações do Cenpes possuem uma área total de 308.000 m², contando com 116 laboratórios e mais de 4.600 equipamentos, incluindo equipamentos de tecnologias de ponta. Em 31 de dezembro de 2024, o Cenpes possuía 1.097 empregados, dos quais 87% dedicados exclusivamente à área de PD&I.

A Companhia também possui plantas de testes em escala semi-industrial localizadas próximas de unidades industriais, as quais têm como objetivo acelerar a prototipagem e o aumento de escala no desenvolvimento de novas tecnologias com custos reduzidos.

Com a missão de “imaginar, criar e fazer hoje o futuro da Petrobras”, o Cenpes atua em parceria com universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, fornecedores, startups e outras operadoras e tem como objetivo desenvolver tecnologias para viabilizar o cumprimento do Plano Estratégico, além de antecipar tendências que possam criar opções estratégicas.

Atualmente, cerca de 30% do portfólio de PD&I faz uso intensivo de tecnologias digitais como big data, computação de alto desempenho e inteligência artificial.

Os principais destaques em pesquisa e desenvolvimento da Petrobras em 2024 foram:

- Desenvolvimento de tecnologias que permitem a otimização do investimento bem como a redução de custos e incertezas como: i) novo modelo geológico para avaliação da qualidade dos reservatórios do pré-sal das bacias de Campos e Santos; ii) avaliação inédita da migração do petróleo em subsuperfície, utilizando imagens de satélite, possibilitando uma avaliação de risco exploratório mais abrangente; e iii) utilização inédita de espectroscopia RAMAN (método que usa luz para detectar informações químicas e estruturais de materiais) com técnicas de machine learning, para verificar, de forma automatizada, rápida e eficiente, como a matéria orgânica interage com os minerais, a porosidade e outras características em rochas sedimentares.
- Desenvolvimento e implementação de tecnologias e práticas inovadoras que contribuem para o aumento da eficiência e da segurança operacional nas atividades de desenvolvimento e operação da produção tais como: i) uso de gêmeos digitais para extensão de vida e controle de integridade de sistemas submarinos; ii) automatização do cálculo do índice de integridade do revestimento de plataformas offshore, a partir do projeto ALGO360, que utiliza imagens 360° das plataformas para a reconstrução 3D e detecção de corrosão em oito classes de estruturas; e iii) adoção de técnicas para inspeção mais eficientes e sem a exposição de pessoas a risco para tanques de carga com drone, tanques de lastro com mini-ROV e caixas de mar e captações com boroscopia.
- Desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas à transição energética e novos produtos com menor pegada de carbono, como: i) a conclusão de testes comerciais de coprocessamento de etanol no RFCC da Refinaria de

Capuava (RECAP) para a produção de Hidrocarbonetos Leves de Refinaria (HLR); ii) a assinatura do contrato para a construção de uma planta piloto de eletrólise na Usina Termoeletrica do Vale do Açu (UTE-VLA), um marco estratégico para a produção de hidrogênio renovável a partir de eletrólise da água, utilizando energia solar; e iii) o início dos testes do aerogerador de 7 MW, desenvolvido em parceria com a WEG, que representa um avanço significativo na ampliação da matriz energética renovável.

ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Em 2024, a Companhia gastou R\$ 4.281 milhões em PD&I.

iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados**

Ver item 2.10.c.i.

iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Ver item 2.10.c. ii.

d. **oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Considerando todas as iniciativas de baixo carbono (escopos 1, 2 e 3), o investimento totaliza US\$ 16,3 bilhões em transição energética. Esse montante abrange não apenas projetos em Energias de Baixo Carbono, mas também iniciativas voltadas para descarbonização das operações e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) que permeiam todos os segmentos. Esse volume representa 15% do CAPEX total previsto para o quinquênio, em comparação com 11% no plano anterior, indicando um aumento de 42% em relação ao plano anterior.

Investimentos em transição energética



A atuação em negócios de baixo carbono visa à diversificação rentável do portfólio, promovendo a perenização da Petrobras. No que se refere a projetos em geração renovável, a companhia buscará atuar preferencialmente em parceria com empresas de grande porte do setor, com o objetivo de descarbonização das operações, integração da carteira de soluções de baixo carbono e captura de oportunidades de mercado no Brasil. Em relação aos bioprodutos, que incluem as cadeias de etanol, biodiesel e biometano, a Petrobras buscará ingressar nos segmentos

preferencialmente por meio de parcerias estratégicas minoritárias ou com controle compartilhado, com players relevantes do setor.

No CAPEX total de transição energética, a companhia conta também com o Programa Petrobras Carbono Neutro e com um fundo de descarbonização, com orçamento de US\$ 1,3 bilhão para o período de 2025 a 2029, com a finalidade de financiar soluções de descarbonização selecionadas por seu potencial de redução de emissões, considerando custo e impacto em mitigação de carbono. Além dos esforços de redução intrínseca, a Petrobras prevê, como ferramenta complementar, o uso de compensação por crédito de carbono de qualidade para reduzir suas emissões totais, ampliando a contribuição para a manutenção de florestas de pé e o restauro de ecossistemas.

Estão sendo mantidos para o PN 2025-29 os seis compromissos de descarbonização (escopos 1 e 2) propostos no plano anterior, a saber:

- Redução das emissões absolutas operacionais totais em 30% até 2030 em relação a 2015
- Zero queima de rotina em flare até 2030
- Reinjeção de 80 milhões tCO₂ até 2025 em projetos de CCUS
- Intensidade do portfólio de 15 kgCO₂e/boe até 2025, mantida em 15 kgCO₂e/boe até 2030 (E&P)
- Intensidade de 36 kgCO₂e/CWT até 2025 e 30 kgCO₂e/CWT até 2030 (Refino)
- Redução da intensidade de emissões de metano no segmento upstream até 2025, atingindo 0,25 t CH₄/mil tHC e atingindo 0,20 t CH₄/mil tHC em 2030

No que se refere às ambições associadas à redução da pegada de carbono, destacam-se a busca pela neutralidade das emissões operacionais até 2050, a meta “Near Zero Methane 2030” e o crescimento líquido neutro até 2030, não ultrapassando patamar de emissões de 2022 (40% de redução desde 2015), mesmo com o aumento de produção e atividades previstas no PN 2025-29.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia divulga, neste item, as informações sobre patrocínios, despesas com publicidade, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados para a alocação de recursos para tais despesas.

Patrocínio

A estratégia de patrocínios da Petrobras está estruturada a partir de programas corporativos contínuos, eixos e linhas de atuação que definem as prioridades nas áreas cultural, esportiva, e de negócio, ciência e tecnologia. A atuação em patrocínio nessas áreas é definida pela Gerência Executiva de Comunicação e aprovada pela Diretoria Executiva. As linhas de atuação de patrocínio, bem como as suas ações de publicidade, visam a fortalecer a imagem e reputação da Companhia perante seus públicos de interesse.

Na esfera de patrocínios culturais, esportivos e de negócio, ciência e tecnologia, a Petrobras aplicou R\$ 281,2 milhões em 2024. Desse total, R\$ 214,2 milhões foram realizados com incentivos fiscais.

As propostas de patrocínios culturais, esportivos e de negócio, ciência e tecnologia são recebidas via seleção pública ou escolha direta. A seleção pública de projetos corresponde a processo amplo e transparente, com regulamento próprio, divulgação nacional e comissões de seleção colegiada para escolha de projetos a serem desenvolvidos. Na escolha direta, projetos são encaminhados diretamente para a Petrobras utilizando sistema próprio para gestão de patrocínios, devendo atender a critérios de análise e adequação para contratação, assim como relevância para atingimento dos objetivos da Petrobras, considerando que a atividade de patrocínio é uma das ferramentas de comunicação da Companhia.

As propostas de projetos de patrocínio passam por vários processos de análise técnica e documental previamente ao início da contratação - de forma a garantir a transparência e a conformidade da decisão de se contratar a oportunidade em questão - garantindo que procedimentos de governança e conformidade sejam seguidos, mitigando riscos e evitando possíveis conflitos de interesse.

Caso atendam aos critérios e sejam consideradas relevantes - são encaminhadas para recomendação do Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos (CTE-CORP) e posterior aprovação da presidência da Petrobras.

Além disso, é realizada a análise *Due Diligence* de Integridade (DDI) das contrapartes para conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes ao relacionamento da Companhia com os titulares de oportunidades de patrocínio ou convênio. O resultado da DDI é expresso pelo Grau de Risco de Integridade (GRI). Adicionalmente, os projetos passam ainda por análise e verificação de conformidade prévia por parte da Secretaria de Comunicação Social - SECOM.

Após a celebração de contratos de patrocínios para a implementação dos projetos, a Companhia mantém procedimentos de controle internos para execução e acompanhamento, com o objetivo de fortalecer o agir ético e prevenir atos de fraude e de corrupção. Durante a fiscalização dos contratos, são acompanhados e validados tanto o escopo realizado do patrocínio quanto o cumprimento de contrapartidas contratuais de direito, que possibilitam visibilidade à marca Petrobras em situações e contextos previamente acordados dentro do universo do projeto, bem como possibilitam ações de relacionamento da Companhia com seus diversos públicos de interesse.

Na esfera cultural, os patrocínios estão relacionados a projetos brasileiros de mérito artístico e inovadores com potencial de retorno de imagem e alinhados à nossa estratégia de marcas. Em 2024, foi apresentada à sociedade a remodelação do Programa Petrobras Cultural, com seus quatro eixos temáticos: “Ícones da Cultura Brasileira”; “Festivais e Festas Populares”; “Produção e Circulação”; “Cinema e Cultura Digital”, e suas duas dimensões transversais, consideradas em todos os patrocínios: “Diversidade” e “Economia Criativa”, conjuntamente com o lançamento da maior seleção pública já realizada pela empresa, de R\$ 250 milhões de reais. O processo culminou na contemplação de 140 projetos, distribuídos por todos os estados brasileiros, a serem realizados a partir de 2025.

Nos patrocínios esportivos, o destaque foi a continuidade do apoio ao treinamento de atletas de esportes olímpicos que juntos formam o chamado Time Petrobras e representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em Paris 2024. O patrocínio realizado envolve 55 atletas e paratletas de alto rendimento, em 31 modalidades diferentes. Do Time, 44 atletas participaram dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos de Paris 2024, recebendo 21 medalhas - 8 olímpicas e 13 paralímpicas.

Os patrocínios a eventos de negócio, ciência e tecnologia, intensificam o relacionamento com parceiros, investidores, clientes, comunidade acadêmica e científica, dentre outros. Patrocinamos ainda diversas iniciativas que despertam a curiosidade e promovem experimentações e engajam pessoas a respeito de temas relacionados às ciências, à inovação e ao mundo em transformação.

Na esfera socioambiental, a Petrobras aplicou, em 2024, R\$ 293 milhões em projetos sociais e ambientais voluntários.

Além do investimento socioambiental, a Companhia destinou R\$ 29 milhões em doações financeiras para ações emergenciais em atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social, ocasionada ou agravada pela emergência climática no estado do Rio Grande do Sul.

As temáticas trabalhadas em 2024 no Programa Petrobras Socioambiental estão alinhadas ao Plano Estratégico 2050 e ao Plano de Negócios 2025-2029, assim como aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial, o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre).

A Companhia prioriza os investimentos em territórios onde desenvolve suas operações, além de focar na estratégia de transição para economia de baixo carbono e na atuação *offshore* da Companhia. Assim, as quatro linhas de atuação vigentes são Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Oceano e Florestas, e os temas transversais que devem ser priorizados pelos projetos socioambientais são primeira infância, direitos humanos e inovação.

Nesse modelo, o propósito do investimento socioambiental é contribuir para as comunidades onde a Companhia está inserida e para a sustentabilidade do negócio, apoiando iniciativas socioambientais que gerem valor para a Petrobras e para a sociedade.

Em 2024, a Companhia concluiu a maior seleção pública de projetos do Programa Petrobras Socioambiental, com a previsão de investimento de R\$ 446 milhões no período de 2024 a 2028, em 63 projetos que serão desenvolvidos em todas as regiões do Brasil. Com isso, esperamos ampliar as parcerias que visam a fortalecer os direitos sociais, ambientais, territoriais e culturais das comunidades e populações locais.

Os projetos ambientais contemplados atuam no desenvolvimento de soluções para temas como o combate ao lixo no mar, restauração e conservação florestal, proteção de espécies ameaçadas de extinção. Os projetos sociais atuarão no fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), inserção profissional digna, geração de renda por meio do empreendedorismo, contribuição para superar a situação de rua e fortalecimento de associações, cooperativas e outras organizações coletivas. Os projetos também atuarão na promoção da justiça ambiental, no enfrentamento ao racismo e promoção da equidade racial e no combate ao preconceito.

Em 2024 a Petrobras firmou parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e com o Sistema S (SESI-SENAI) para a implementação do Programa Autonomia e Renda Petrobras. O Programa é voltado para a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou desempregadas, moradoras da área de abrangência das operações da Petrobras, e visa ampliar as oportunidades de empregabilidade no setor de Óleo e Gás. No total serão ofertadas quase 20 mil vagas até 2028 em diferentes cursos de qualificação, com a priorização de grupos minorizados - como mulheres, pessoas pretas e pardas, pessoas transgênero, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e pessoas refugiadas. Por meio dessa iniciativa, a Petrobras espera contribuir para o aproveitamento de mão de obra local pela sua cadeia de fornecedores em paradas de manutenção de Unidades de Operações e em projetos de investimento previstos no Planejamento Estratégico da companhia. Apenas no segundo semestre de 2024 foram ofertadas mais de 1100 vagas em 17 cursos nos sete estados (ES, MG, PE, PR, RJ, RS e SP) abrangidos pelo Programa.

Com o objetivo de ampliar os investimentos em um portfólio mais diversificado de projetos em soluções baseadas na natureza, a Companhia fortaleceu sua parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio do *matchfunding* Floresta Viva. A iniciativa visa ao apoio financeiro conjunto de R\$ 118 milhões em um período de sete anos a projetos de reflorestamento de espécies nativas nos biomas brasileiros, que gerem benefícios sociais e ambientais. Com a gestão pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), o recurso está sendo aplicado em projetos escolhidos em dois editais: "Manguezais do Brasil" e "Corredores de Biodiversidade", que abrange os biomas Cerrado e Pantanal. Ao todo, deve ser alcançada a restauração de cerca de 4.200 hectares, em execução pelas organizações da sociedade civil apoiadas.

Além disso, em 2024, a Petrobras e o BNDES firmaram um protocolo de intenções para atuação conjunta no programa Restaura Amazônia, no qual irão investir R\$ 100 milhões nos próximos cinco anos para projetos de reflorestamento de espécies nativas na Amazônia Legal.

Também em 2024, a Petrobras estruturou o Fundo Petrobras de Bioeconomia, que será gerido pela Régia Capital, uma plataforma de investimentos sustentáveis criada pela JGP Gestão de Recursos Ltda. e pela BB Asset. Para o lançamento, a Petrobras destinou um aporte inicial de R\$ 50 milhões, acompanhado por mais R\$ 50 milhões da Régia Capital. O Fundo tem como objetivo apoiar projetos socioambientais, transformando-os em negócios sustentáveis capazes de preservar o capital investido e gerar renda para as comunidades envolvidas.

Ainda em 2024, a Petrobras e o BNDES lançaram um edital conjunto chamado Sertão + Produtivo, com foco na seleção de 10 projetos sociais para atuação em todos os estados do semiárido brasileiro. As duas empresas irão investir juntas R\$ 100 milhões nos próximos 60 meses em projetos que contribuam para o fortalecimento e estruturação de associações e cooperativas de agricultores familiares, para a produção de alimentos saudáveis e para a redução da insegurança alimentar, além da geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O Programa Petrobras Socioambiental está alinhado à Política de Responsabilidade Social da Companhia, que orienta para o desenvolvimento de iniciativas socioambientais estruturantes e perenes, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, que promovam o desenvolvimento das potencialidades dos territórios, a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a recuperação e conservação da natureza, considerando as expectativas das partes interessadas e a contribuição para os negócios da Companhia, priorizando os locais onde a Petrobras atua.

Os valores dos investimentos socioambiental, e em patrocínio cultural, esportivo e de negócio, ciência e tecnologia, que consideram a Petrobras e suas subsidiárias consolidadas, operações conjuntas e entidades estruturadas, podem ser observados na tabela a seguir:

	Socioambientais	Culturais	Esportivos	Negócio, ciência e tecnologia (NTC)	Total
Investimentos (milhões de R\$)	293 ⁽¹⁾	193 ⁽²⁾	50 ⁽³⁾	49 ⁽⁴⁾	585

(1) 22% do valor corresponde a recurso via lei de incentivo (Do valor de 2024, não inclui o valor de R\$ 50 milhões correspondente ao Fundo de Bioeconomia).
(2) 99% do valor corresponde a recurso via lei do incentivo.
(3) 50% do valor corresponde a recurso via lei do incentivo.
(4) 17% valor corresponde a recurso via lei do incentivo.

Cabe destacar que o acompanhamento da percepção sobre a reputação corporativa revela que aqueles que possuem conhecimento dos projetos e dos patrocínios da Companhia - sejam eles sociais, ambientais, culturais ou esportivos - detêm percepção superior em relação àqueles que não possuem tal conhecimento. Ainda que esse delta reputacional varie a cada monitoramento trimestral no histórico da pesquisa, a diferença, sempre positiva, demonstra a relevância desses projetos para a reputação da Petrobras.

Publicidade

As ações de publicidade da Petrobras são:

- Planejadas estratégica e taticamente em ciclos anuais, de forma totalmente alinhada com o plano de comunicação vigente que, por sua vez, é desdobrado do Plano Estratégico da Companhia.
- Desenvolvidas com base nos elementos definidores do posicionamento da marca Petrobras.
- Realizadas sempre respeitando e prezando a diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que estabelece as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda, em especial, aos artigos abaixo elencados:
 - *Artigo 1º - Todo anúncio deve ser respeitador e conformar-se às leis do país; deve, ainda, ser honesto e verdadeiro.*
 - *“Artigo 2º - Todo anúncio deve ser preparado com o devido senso de responsabilidade social, evitando acentuar, de forma depreciativa, diferenciações sociais decorrentes do maior ou menor poder aquisitivo dos grupos a que se destina ou que possa eventualmente atingir.”*
 - *“Artigo 20 - Nenhum anúncio deve favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, social, política, religiosa ou de nacionalidade.”*

O planejamento e a execução das ações publicitárias da Petrobras são realizados, hoje, por agências de propaganda contratadas via concorrência pública.

Em 2024, o valor total gasto com publicidade foi de R\$ 213 milhões. Esse valor se refere à publicidade efetivamente veiculada e retrata a posição de 31/12/2024. Para consultar os valores atualizados de gastos com publicidade após a conclusão do processo de auditoria de mídia (comprovação das veiculações efetivamente realizadas em 2024), acesse o Portal de Transparência da Petrobras, no endereço <https://transparencia.petrobras.com.br/despesas/publicidade>, onde estão listadas as despesas com contratos de serviços de publicidade da Companhia, bem como os gastos totais com publicidade dos últimos anos.

Parcerias e Convênios

Com relação a parcerias e convênios, a Companhia apoia a cooperação tecnológica com universidades e institutos de ciência e tecnologia, empresas, *startups* e outras operadoras, em busca de soluções de alto impacto em geração de valor, estabelecendo parcerias tecnológicas por meio de termos de cooperação. Dentre suas ações para alavancar a produtividade em PD&I, destacam-se:

i. O Programa ‘Conexões para Inovação’ é o programa de inovação aberta da Petrobras, criado para acelerar o desenvolvimento tecnológico e agregar valor à Companhia. O principal objetivo do programa é encontrar os melhores parceiros para cooperar e desenvolver, testar ou comercializar tecnologias, aumentando assim a competitividade e a transparência nos processos e proporcionando um melhor incentivo ao alinhamento do ecossistema de inovação.

O programa conta com um site externo <https://tecnologia.petrobras.com.br/> para divulgar diversas oportunidades de engajamento de parcerias com a Petrobras e é composto por diferentes módulos, pensados para tipos específicos de oportunidades relacionadas a três principais variáveis: (i) o público-alvo (estudantes, universidades, institutos de tecnologia, *startups*, grandes empresas etc.); (ii) o modelo de negócios; e (iii) o TRL (*Technology Readiness Level*).

Os módulos e as principais realizações do programa em 2024 foram:

- Módulo *Open Lab*: concentra as oportunidades para desenvolvimento de software de código aberto por meio do GitHub. Em 2024 três novos repositórios foram publicados.
- Módulo Encomendas Tecnológicas: concentra oportunidades que vão de TRL 2 a TRL 7 (“TRL” ou “*Technology Readiness Level*”), permitindo que a Petrobras assuma o risco tecnológico na fase de desenvolvimento da tecnologia, possibilitando a união das fases de desenvolvimento e expansão, tornando-as mais atrativas para as empresas. Em 2024, foram assinados dois novos contratos para desenvolvimento de tecnologias, representando um investimento total de mais de R\$ 23,1 milhões.
- Módulo Transferência de Tecnologias: nesse módulo a Petrobras oferta contratos de licenciamento de suas tecnologias, aumentando assim o número de empresas aptas a prestar serviços a partir de tecnologias Petrobras, em troca de royalties. Em 2024 foram assinados 18 contratos de licenciamento.
- Módulo *Startups*: busca desenvolver soluções e modelos de negócios de *startups* e pequenas empresas inovadoras por meio de projetos de inovação. Os projetos finalizados com sucesso contam com a possibilidade de realização de testes de campo do lote piloto ou serviço pioneiro. Em 2024, pela primeira vez, foram lançados dois editais simultâneos: um em parceria com o Sebrae e outro em colaboração com a ANP e outras operadoras. Juntos, os editais atraíram mais de 100 propostas, reforçando o engajamento do ecossistema de inovação e marcando um momento inédito no programa.
- Módulo Aquisição de Soluções: objetiva o teste de soluções inovadoras que vêm sendo desenvolvidas pelo ecossistema de inovação, por meio de contratos públicos de solução inovadora (CPSI). Cada CPSI pode alcançar o valor de US\$ 300 mil para os testes das soluções. Em 2022 a Petrobras assinou o primeiro CPSI. Em 2024 foram publicadas 20 oportunidades e foram assinados 18 CPSI no total, com um investimento total de mais de R\$ 19,9 milhões.
- Módulo de Parcerias Tecnológicas: nesse módulo são ofertados Acordos de Cooperação Tecnológica (TCs) focados em TRLs baixos e intermediários, exigindo assim forte engajamento com a academia. Em 2024, foram publicadas mais de 300 oportunidades e assinados 210 novos TCs, a maioria com institutos tecnológicos brasileiros, representando um investimento total de mais de R\$ 1,4 bilhão.
- Módulo Residentes: criado para aumentar a interação com parceiros externos (universidades, empresas de tecnologia e centros de PD&I), melhorar a sinergia e agilizar projetos internos e curvas de aprendizado associadas a tecnologias emergentes, por meio desse módulo pesquisadores dos parceiros vigentes da Petrobras atuam diretamente no seu centro de pesquisas. Em 2024, 36 pesquisadores externos assinaram contrato para trabalhar nas instalações Petrobras com acesso a laboratórios, softwares, capacidade computacional e banco de dados interno.

ii. A utilização de canais de engajamento e articulação com esses atores, como reuniões técnicas com representantes institucionais e pesquisadores da comunidade acadêmico-científica; promoção de workshops internos e externos para geração de ideias inovadoras; e realização de palestras junto a universidades e institutos de pesquisa visando a apresentação de desafios tecnológicos atuais da Petrobras.

iii. O Protocolo de Cooperação Ciência sem Fronteiras (PCSF) foi um programa do Governo Federal, no qual foram signatários a Petrobras, a CAPES e o CNPq. O aporte de recursos foi feito até 2018 e o consumo dos valores ocorreu até o fim do convênio em 2023. Em 31 de dezembro de 2024 encontrava-se em fase de prestação de contas, ainda sem previsão de conclusão.